

# Plano Diretor Participativo do Município de Passos/MG

## Volume II

Proposições: processo participativo para discussão e seus resultados



### UM GRANDE PASSO PARA A ECONOMIA

Colabore com a consulta pública do Plano Diretor de Passos

<http://hoiavista.sp.mg.gov.br/plano-diretor-de-passos/>



### UM GRANDE PASSO PARA O ESPORTE E LAZER

Colabore com a consulta pública do Plano Diretor de Passos

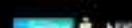
<http://hoiavista.sp.mg.gov.br/plano-diretor-de-passos/>



### UM GRANDE PASSO PARA O ORDENAMENTO TERRITORIAL

Colabore com a consulta pública do Plano Diretor de Passos

<http://hoiavista.sp.mg.gov.br/plano-diretor-de-passos/>



### UM GRANDE PASSO PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL

Colabore com a consulta pública do Plano Diretor de Passos

<http://hoiavista.sp.mg.gov.br/plano-diretor-de-passos/>



### UM GRANDE PASSO PARA O MEIO AMBIENTE

Colabore com a consulta pública do Plano Diretor de Passos

<http://hoiavista.sp.mg.gov.br/plano-diretor-de-passos/>



### UM GRANDE PASSO PARA A EDUCAÇÃO

Colabore com a consulta pública do Plano Diretor de Passos

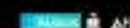
<http://hoiavista.sp.mg.gov.br/plano-diretor-de-passos/>



### UM GRANDE PASSO PARA A CULTURA

Colabore com a consulta pública do Plano Diretor de Passos

<http://hoiavista.sp.mg.gov.br/plano-diretor-de-passos/>



### UM GRANDE PASSO PARA A SAÚDE

Colabore com a consulta pública do Plano Diretor de Passos

<http://hoiavista.sp.mg.gov.br/plano-diretor-de-passos/>



### UM GRANDE PASSO PARA O TURISMO

Colabore com a consulta pública do Plano Diretor de Passos

<http://hoiavista.sp.mg.gov.br/plano-diretor-de-passos/>



GOVERNADOR

Romeu Zema Neto

Vice-governador

Paulo Eduardo Rocha Brant

SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Otto Alexandre Levy Reis

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Presidente

Helger Marra Lopes

Vice-presidente

Mônica Moreira Esteves Bernardi

Assessoria de Comunicação Social

Anita Cardoso Magalhães

Revisão, diagramação, site, mídias

Olívia Bittencourt

Bárbara Andrade

Fabício Goulart

Débora Drummond

Heitor Vasconcelos

Laura Soares

Diretoria de Políticas Públicas

Diretora Carolina Proietti Imura

Diretor Adjunto Marcos Arcanjo de Assis

Núcleo de Editoração

Agda Mendonça

Ana Paula da Silva

Marília Andrade Ayres Frade

INSTITUIÇÃO CONTRATANTE

Prefeitura Municipal de Passos/MG

Contrato celebrado entre a Prefeitura Municipal de Passos/MG e a Fundação João Pinheiro (FJP) para a elaboração da revisão do Plano Diretor Municipal.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Alameda das Acácias, 70

São Luiz

Belo Horizonte – MG

CEP 31275.150

Telefones: (31)3448.9580 e 3448-9561

Email: [comunicação@fjp.mg.gov.br](mailto:comunicação@fjp.mg.gov.br)

Site: <http://www.fjp.mg.gov.br>

## PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE PASSOS

- v.1: Perfil Municipal, do qual são partes integrantes os Relatórios Técnicos temáticos
- v.2: Proposições: processo participativo para discussão e seus resultados
- v.3: Anteprojeto de Lei do Plano Diretor

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
1 O PROCESSO PARTICIPATIVO VIRTUAL.....	7
1.1 Primeira rodada – consulta pública.....	7
1.2 Segunda rodada – webinar para apresentação de resultados.....	8
2 RESULTADOS PARCIAIS .....	8
2.1 Ordenamento territorial e temas correlatos .....	8
2.1.1 Síntese das contribuições recebidas.....	8
2.1.2 Análise da pertinência das contribuições e propostas revistas a partir das contribuições.....	9
2.2 Meio ambiente .....	13
2.2.1 Síntese das contribuições recebidas e análise da sua pertinência .....	13
2.2.2 Propostas revistas a partir das contribuições.....	15
2.3 Desenvolvimento econômico .....	16
2.3.1 Síntese das contribuições recebidas e análise da sua pertinência .....	16
2.3.2 Propostas revistas a partir das contribuições.....	17
2.4 Turismo .....	19
2.4.1 Síntese das contribuições recebidas.....	19
2.4.2 Análise da pertinência das contribuições .....	20
2.4.3 Propostas revistas a partir das contribuições.....	21
2.5 Cultura .....	25
2.5.1 Síntese e relevância das contribuições na política cultural.....	25
2.5.2 Síntese e relevância das contribuições na política de patrimônio cultural .....	26
2.5.3 Propostas revistas a partir das contribuições.....	27
2.6 Esporte e lazer .....	30
2.6.1 Síntese das contribuições recebidas.....	30
2.6.2 Análise da pertinência das contribuições .....	32
2.6.3 Propostas revistas a partir das contribuições.....	32
2.7 Educação.....	34
2.7.1 Síntese das contribuições recebidas.....	34
2.7.2 Análise da pertinência das contribuições .....	35
2.7.3 Propostas revistas a partir das contribuições.....	35
2.8 Saúde .....	36
2.8.1 Síntese das contribuições recebidas.....	36

2.8.2	Análise da pertinência das contribuições .....	36
2.8.3	Propostas revistas a partir das contribuições.....	37
2.9	Assistência social .....	38
2.9.1	Síntese das contribuições recebidas.....	38
2.9.2	Análise da pertinência das contribuições .....	39
2.9.3	Propostas revistas a partir das contribuições.....	42
2.10	Segurança pública.....	43
2.10.1	Síntese das contribuições recebidas – Grupo 1.....	43
2.10.2	Análise da pertinência das contribuições .....	44
2.10.3	Propostas revistas a partir das contribuições.....	44
2.10.4	Síntese das contribuições recebidas – Grupo 2.....	45
2.10.5	Análise da pertinência das contribuições .....	45
2.10.6	Propostas revistas a partir das contribuições.....	46
2.10.7	Síntese das contribuições recebidas – Grupo 3.....	46
2.10.8	Análise da pertinência das contribuições .....	48
2.10.9	Propostas revistas a partir das contribuições.....	49
3	RESULTADOS FINAIS.....	50
4	APÊNDICES.....	55
4.1.1	Apêndice 1 – Contribuições recebidas na consulta pública .....	55
4.1.2	Apêndice 2 – Convite Webinar Propostas para o Plano Diretor de Passos .....	77
4.1.3	Apêndice 3 – Regulamento do Webinar .....	78

## APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o relatório "*Proposições: processo participativo para discussões e seus resultados*", compreendendo a fundamentação da escolha do processo, a sua descrição e os resultados obtidos.

### 1 O PROCESSO PARTICIPATIVO VIRTUAL

#### 1.1 Primeira rodada – consulta pública

A Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), dentre outros pontos, estabelece a obrigatoriedade da participação da sociedade na elaboração e na revisão de planos diretores e, para isso, o contrato firmado entre FJP e a Prefeitura Municipal previa a realização de eventos participativos para apresentação e discussão das propostas preliminares, como etapa para a sua finalização.

No entanto, a ocorrência da pandemia de doença infecciosa viral respiratória causada pelo agente Coronavírus (COVID-19) e as medidas de enfrentamento e de prevenção estabelecidas pelo Governo do Estado no Decreto nº 47.886/2020 obrigaram ao cancelamento desses eventos, ficando determinado em aditivo ao contrato firmado a realização de eventos virtuais, cujo formato seria definido em conjunto pela FJP e pela coordenação dos trabalhos na Prefeitura Municipal, garantindo a participação da população e atendendo dessa forma aos preceitos legais estabelecidos pelo Estatuto da Cidade.

Foi então instituído um processo de consulta pública sediada no site da FJP entre os dias 15 de junho e 31 de julho do corrente ano, por meio do link de acesso <http://novosite.fjp.mg.gov.br/plano-diretor-de-passos/>. Foram disponibilizados todos os relatórios técnicos contendo os diagnósticos de cada política, produzidos pela equipe da FJP a partir de levantamento de dados, trabalhos de campo, reuniões e entrevistas no município, e as propostas preliminares correspondentes. O acesso foi livre a toda a população, que se manifestou por meio de formulário *on line* com a discriminação cada tema.

Tanto a estrutura como as peças de divulgação foram produzidas pela Assessoria de Comunicação Social (ACS) da FJP, sendo que a mobilização e a divulgação da consulta pública ficaram sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal.

Os formulários preenchidos geraram um banco de dados com todas as contribuições, as quais foram analisadas pelas equipes temáticas visando a sua incorporação na revisão das propostas. Esse banco de dados está apresentado no Apêndice 1, com as contribuições na sua íntegra, como foram apresentadas, em um total de 93 sugestões, tendo sido comum uma mesma sugestão conter várias contribuições. Dessa forma, torna-se expressivo o número de contribuições efetivas, todas elas relevantes do ponto de vista da preocupação da população com o desenvolvimento e o futuro do seu município. Todas as contribuições foram analisadas, verificada a sua pertinência considerando o escopo de um plano diretor, e o resultado são propostas fortalecidas e novas propostas. Essas análises são apresentadas na seção 2 deste documento.

## 1.2 Segunda rodada – webinar para apresentação de resultados

Considerando a necessidade do retorno à população sobre o conteúdo das contribuições e como as mesmas foram incorporadas ao Plano Diretor, em complementação à consulta pública a FJP e a Prefeitura Municipal realizaram o webinar “Propostas para o Plano Diretor de Passos”, pela plataforma ZOOM da FJP, nos dias 15, 16 e 17 de setembro do corrente ano, também com o apoio da ACS e regido por regulamento próprio. O webinar foi aberto a toda a população de Passos.

O Apêndice 2 apresenta o convite e o Apêndice 3 apresenta o regulamento, discutido com a Prefeitura Municipal e o Conselho da Cidade e aprovado pela Procuradoria Jurídica municipal.

## 2 RESULTADOS PARCIAIS

Os resultados parciais se referem à síntese das contribuições recebidas pela consulta pública, a análise da pertinência dessas contribuições e a forma de incorporação das mesmas nas propostas preliminares.

### 2.1 Ordenamento territorial e temas correlatos

#### 2.1.1 Síntese das contribuições recebidas



Pela transversalidade dos temas, o ordenamento territorial, que compreende o Macrozoneamento Municipal e o Zoneamento Urbano, foi tratado em conjunto com os temas gestão, instrumentos urbanísticos, habitação e mobilidade nesta análise das contribuições recebidas por meio da consulta pública.

Do conjunto de sugestões recebidas, parte diz respeito a outros instrumentos legais e/ou a outras políticas tratadas no Plano Diretor, como se segue:

Loteamentos	Legislação própria que será desenvolvida também pela FJP
Limpeza de terrenos, muros e calçadas	Código de posturas e código de obras que serão desenvolvidos também pela FJP
Limpeza urbana	Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos, já elaborado pelo município
Preservação e territórios de sustentabilidade de povos e comunidades tradicionais	Tema tratado na política de cultura
Arborização urbana, preservação ambiental, Parque Emílio Piantino e Parques Lineares	Temas tratados na política ambiental e representados no Zoneamento Urbano
Alagamento, inundação, drenagem, cadastro de população afetada	Temas tratados na política ambiental associada à assistência social e habitação
Tráfego e todas as contribuições sobre mobilidade	Temas a serem tratados pelo Plano de Mobilidade, cuja elaboração é proposta pelo Plano Diretor

As demais contribuições, todas pertinentes, foram analisadas em cada um dos temas, já considerando a sua inserção nas propostas.

## 2.1.2 Análise da pertinência das contribuições e propostas revistas a partir das contribuições

### 2.1.2.1 Com relação à gestão

O Plano Diretor institui o Sistema de Planejamento e Gestão, com atribuições definidas e compartilhadas entre seus componentes, entre elas o monitoramento das políticas públicas municipais, incluindo a política urbana, em articulação com a sociedade e

demais entidades e órgãos da administração municipal, acompanhando a implementação dos planos, programas e projetos municipais, e assegurando a integração das diversas ações entre si e entre essas ações e as diretrizes do Plano Diretor.

O Sistema de Planejamento e Gestão compreende:

1. Setor específico responsável pela implementação do Plano Diretor, no âmbito da estrutura do Executivo Municipal, visando a coordenação das ações decorrentes do Plano Diretor;
2. Grupo Técnico de Análise (GTA), multidisciplinar e intersetorial, redefinido e com a função de suporte técnico ao Conselho da Cidade para a avaliação de planos, programas e projetos;
3. Conselho Municipal da Cidade, instância de participação da sociedade no processo de gestão;
4. Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano (FDU), que receberá recursos da aplicação dos instrumentos urbanísticos, dentre outros, destinados a investimentos em programas de regularização fundiária, habitação de interesse social, saneamento ambiental, mobilidade urbana e defesa do patrimônio cultural e natural.
5. Sistema Municipal de Informações, contendo um banco de dados georreferenciado abrangendo as áreas urbanas e rurais e contemplado a instituição de unidades de planejamento no território municipal e a definição de indicadores para monitoramento e avaliação do Plano Diretor, de forma a possibilitar a articulação das políticas sociais entre si, delas com a política urbana, com a preservação ambiental e com as políticas econômicas. Esse sistema visa a transparência e o acesso de todos os cidadãos aos processos, documentos e informações que serão públicos.

Foram incorporadas às propostas as sugestões referentes ao Portal da Transparência Urbana, voltado especificamente para a gestão da política urbana e territorial, disponibilizando informações e recebendo as contribuições dos cidadãos. A redefinição do papel do GTA já está incluída nas propostas apresentadas. Foi reforçada a referência à fiscalização.

Foram incorporadas também as sugestões para a implementação de tecnologias da informação e comunicação na gestão municipal, de forma a ampliar a eficiência de serviços e utilidades públicas voltadas ao cidadão, aperfeiçoar os canais de comunicação e estabelecer mecanismos de gestão compartilhada entre os dos diversos organismos públicos e privados que atuam, direta ou indiretamente, no desenvolvimento municipal.

#### 2.1.2.2 Com relação aos Instrumentos Urbanísticos

Foram destacados o IPTU Progressivo, a Outorga Onerosa do Direito de Construir (ODC), a Transferência do Direito de Construir (TDC), o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), a Regularização Urbanística e Fundiária (Reurb) e os processos de licenciamento ambiental, todos já contemplados nas propostas apresentadas.

#### 2.1.2.3 Com relação à Habitação

As sugestões a respeito de tratamento de ocupação em áreas de risco, complementação de infraestrutura, exigência de uma parcela de 5% dos lotes em novos parcelamentos destinados habitação de interesse social, atendimento à demanda habitacional com foco nas Faixas 1 e 1,5 (até 3 SM) já estão contempladas. A população de rua, também mencionada, deverá ser tratada em uma parceria com a assistência social.

#### 2.1.2.4 Com relação ao Macrozoneamento Municipal

A solicitação de inclusão de Porto Velho e Três Ilhas como zonas urbanas não pode ser atendida no âmbito do Plano Diretor. Essa ocupação se localiza em Área de Preservação Permanente (APP), que é regida por legislação ambiental superior, federal e estadual, a qual o plano diretor, que é uma legislação municipal, não pode descumprir. Em APP, é vedado o uso urbano. No entanto, a questão foi tratada de outra maneira. O Plano Diretor instituiu uma categoria denominada "Áreas de Interesse Urbanístico", destinada a áreas a serem regularizadas que não se enquadram na regularização de interesse social, referente às Zonas de Interesse Social (ZEIS). Nesse caso, a regularização é do âmbito de programas específicos da administração municipal. O processo deverá ser analisado pela Procuradoria Jurídica do município, considerando tanto a legislação ambiental como de regularização fundiária, e o interesse do município nesse processo de regularização. Um dos instrumentos de regularização disponíveis é a Regularização de Interesse Especial (Reurb-E). É importante fazer a ressalva de que o interesse municipal deve se pautar pelo interesse público e pelo bem estar coletivo.

#### 2.1.2.5 Com relação ao Zoneamento Urbano

Foram apresentadas sugestões específicas sobre ampliação de corredores comerciais, compreendidos na Zona Comercial (ZCO). Da relação de vias apresentadas, já se encontram contempladas: Av. dos Industriais, Rua Isaura Esper Kallas, Av. da Penha, Rua Canjeranus, Rua João Pimenta, Rua Barão de Passos. Foram acrescentadas: Av. das Nações, Av. JK, Av. Joaquim Lopes. Não foram incluídas: Rua Antônio Adão da Silva, acesso à COHAB IV, dando continuidade à Av. Joaquim Lopes, por ser um eixo viário de comércio local; Av. José Caetano de Andrade e Av. Sabiá, por serem eixos viários junto a curso d'água, não sendo conveniente adensar sem solução de drenagem urbana; Av. Chafariz e Rua São Paulo, por serem vias de comércio local.

A Av. dos Expedicionários está incluída na ZCO e houve solicitação para retirar. A Prefeitura Municipal vai analisar, junto ao GTA e ao Conselho da Cidade.

Outro ponto de destaque se refere aos chacreamentos, que são loteamentos com parcelas menores que o Módulo Rural admitido pelo Incra e que ocorrem na Zona Rural. Foi uma modalidade permitida pelo plano diretor atual, mas suas características são de usos urbanos, impedidos na Zona Rural. Por isso, foram incorporados ao perímetro urbano, devendo manter suas características atuais. Foi acatada a sugestão de uma classificação específica para os mesmos, estabelecendo-se a Zona Urbana Especial (ZUE).

Ainda relacionadas à questão rural/urbana, surgiram dúvidas quanto à Zona de Expansão Urbana (ZEU), que são as áreas desocupadas dentro do perímetro urbano. Ao contrário dos usos urbanos que são proibidos na Zona Rural, os usos rurais não são proibidos na ZEU e podem permanecer até que a propriedade se torne urbana, passando então a ser taxada com o IPTU.

Outra questão apontada são empreendimentos em curso identificados na ZEU e que já poderiam receber um zoneamento específico. Quanto a isso, esclarecemos que trabalhamos com as bases cartográficas fornecidas pela Prefeitura Municipal, fizemos algumas atualizações pelas imagens do Google Earth mas não existe uma planta atualizada de toda a cidade. É natural que situações como essas ocorram e as equipes municipais, acompanhadas pelo Conselho da Cidade, farão as atualizações necessárias.

Foi questionado o uso misto. Nesse ponto, destacamos a importância da

proximidade entre residências e atividades de comércio/serviços de atendimento local – que é o que significa o uso misto – para trazer mais vida e segurança aos espaços urbanos e diminuir os deslocamentos no dia a dia. Não são permitidas atividades incompatíveis com o uso residencial. As que existem são consideradas usos não conformes e devem adotar medidas de diminuição de impactos causados, sendo vedada a sua ampliação. Nesse aspecto, torna-se fundamental a atividade de fiscalização e poder de polícia exercida pela administração pública.

Um comentário importante se referiu à relação entre a excessiva impermeabilização do solo e as inundações ocorridas. Isso é fato, e o controle do adensamento construtivo e a ampliação das Taxas de Permeabilidade nos lotes buscam minimizar esse problema, em especial na área central, diante do expressivo conjunto de edificações de valor cultural e dos problemas de inadequação de infraestrutura e drenagem urbanas.

As propostas preliminares, exceto onde comentado, permaneceram inalteradas. Pela sua extensão, não serão anexadas neste relatório. Apenas os mapas serão anexados, pela sua representatividade. Eles estão anexados na seção 3, que comenta os resultados finais.

## 2.2 Meio ambiente

### 2.2.1 Síntese das contribuições recebidas e análise da sua pertinência

As contribuições, sugestões e questões recebidas através do processo virtual participativo desta revisão do Plano Diretor referem-se, na sua maioria, aos aspectos e problemas relacionados à limpeza das vias, praças e espaços públicos, conservação e reposição de mobiliário urbano, arborização pública, limpeza dos lotes, prática da queima de resíduos de poda e capina em terrenos particulares, incremento da educação ambiental.

Todas as contribuições foram examinadas e estudadas quanto à pertinência em incluí-las como diretrizes ou ações propostas para o tema da Política Ambiental e do Saneamento, que integra o Plano Diretor.

Verificou-se que a maior parte dos problemas enunciados diz respeito aos

dispositivos e penalidades previstas em outros instrumentos existentes no município como o Código de Posturas, o Plano Municipal de Saneamento Básico, o Plano Municipal de Gestão dos Resíduos Sólidos, não sendo objeto do Plano Diretor. A questão relativa às queimadas, além do Código de Posturas, é da competência também da Polícia Militar Ambiental e do Corpo de Bombeiros Militar.

As contribuições diretamente relacionadas ao tema foram cotejadas com as propostas apresentadas na consulta pública, que se organizam em cinco eixos:

1. Gestão Ambiental;
2. Segurança Hídrica;
3. Segurança Geotécnica;
4. Ambiência Urbano-ambiental;
5. Saneamento Ambiental.

Dessas, algumas já se acham contempladas, como a questão da educação ambiental, incluída primeiro eixo, Gestão Ambiental.

Algumas delas, relativas à recuperação de praças e espaços públicos e arborização urbana, foram incluídas no quarto eixo, Ambiência Urbano Ambiental, onde também houve mais uma proposta incluída relativa ao Parque Municipal Dr. Emílio Piantino.

Sobre a indagação sobre as barraginhas sugeridas nas propriedades rurais no segundo eixo, Segurança Hídrica, o seu método de construção para controle de enxurradas e erosão do solo é recomendado pelas instituições de pesquisa e assistência técnica rural. Assim, é fundamental seguir as recomendações oficiais para evitar intervenções irregulares perante a lei, que possam estar sujeitas às ações da Polícia Ambiental.

Nesse eixo foi incluída a aplicação da Lei nº 3.269, de 27 de julho de 2017, que dispõe sobre o Projeto Bocaina.

E no quinto eixo, Saneamento Ambiental, a partir das contribuições recebidas, foram reforçadas as recomendações quanto à implementação dos Planos de Saneamento e de Gerenciamento Integrado dos Resíduos Sólidos Urbanos.

Finalmente, quanto aos “ODS 12 – Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis” e “ODS 15 – Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação,

deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade” mencionados nas contribuições, estes são na verdade princípios abrangentes que devem abarcar todas as ações da gestão municipal.

## 2.2.2 Propostas revistas a partir das contribuições

### 2.2.2.1 Eixo Segurança Hídrica

- Regular a Lei Municipal 1987/95, que cria a Área de Proteção Ambiental (APA) do ribeirão Bocaina;
- Implementar a Zona de Proteção do Ribeirão Bocaina, estabelecendo o controle do uso do solo visando a proteção do manancial;
- Elaborar o Plano de Manejo Integrado dos Recursos Hídricos do Ribeirão Bocaina;
- Implementar a Lei Municipal 3269/2017, denominada Projeto Bocaina, com seu respectivo regulamento, para tornar efetivo o Pagamento por Serviços Ambientais – PSA àqueles que protegem e preservam, de modo adequado, as nascentes e os cursos d’água de cabeceiras dos contribuintes do Ribeirão Bocaina;

### 2.2.2.2 Eixo Ambiência Urbano-ambiental

- Desenvolver um Plano de Arborização Urbana e um Plano de Revitalização e Segurança das Praças, incluindo parcerias com o setor privado para a sua implantação, manutenção e preservação.
- Implementar o Projeto de Gestão para Unidade de Conservação Integral do Parque Municipal Dr. Emílio Piantino, assim como delimitar e fiscalizar a área definida como sua Zona de Amortecimento.

### 2.2.2.3 Eixo Saneamento Ambiental

- Demarcar e proteger as áreas das Estações de Tratamento de Água (ETA), impedindo invasões e depredações;
- Demarcar uma zona de amortecimento no entorno da Estação de Tratamento de Esgotos (ETE), existente e/ou futuras, em conjunto com o Serviço Autônomo de Água e Esgoto

(SAAE), estabelecendo nela a Zona de Proteção da ETE (ZPE), onde é vedada a ocupação do solo;

- Implementar o Plano Municipal de Saneamento Básico, adequando-o ao novo marco do saneamento básico, conforme Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020;
- Implementar o Plano de Gerenciamento Integrado dos Resíduos Sólidos Urbanos, com atenção especial para a coleta seletiva e o trabalho associativo e cooperativo de catadores e trabalhadores de reciclagem, como ações de suporte à sustentabilidade e alternativas de geração de renda.

## 2.3 Desenvolvimento econômico

### 2.3.1 Síntese das contribuições recebidas e análise da sua pertinência

A maior parte das contribuições recebidas está sintetizada nas seguintes linhas:

- Incentivos para atração de indústrias, desburocratização para atividades econômicas;
- Diversificação econômica, incubadora de empresas, feiras agroecológicas e economia solidária, piscicultura;
- Desenvolvimento de Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC;
- Tecnologia, ciência e inovação;
- Ampliação de infraestrutura, inclusive quanto a rede de dados para zona rural;
- Parceria para cursos técnicos e de capacitação de mão-de-obra;
- Aprimoramento dos processos de arrecadação da prefeitura.

Dessas, a primeira já se encontra contemplada nas propostas apresentadas e as demais foram consideradas pertinentes e incluídas.

Algumas outras sugestões se referem a temas que não são do âmbito da política de desenvolvimento econômico, mas sim de outras políticas (como educação e saúde), ou de outros instrumentos como o Código Tributário (que tem a sua revisão prevista nas propostas), e mesmo da gestão do Plano Diretor e da definição dos instrumentos urbanísticos (como o IPTU progressivo).

Finalmente, duas sugestões não foram consideradas adequadas no momento: a implantação de linha ferroviária para escoamento da produção local, que extrapola o nível



municipal e está associada à política nacional de transportes; e a implantação de área alfandegária, por não apresentar suficiente sustentabilidade.

### 2.3.2 Propostas revistas a partir das contribuições

Apresenta-se a seguir as propostas revistas.

#### 2.3.2.1 Economia

- I. Formular e implementar política de fomento ao desenvolvimento econômico e tecnológico dos setores primário, secundário e terciário do município;
- II. Apoiar a comunidade empresarial por meio de planos, programas, projetos, informações, pesquisas e estudos, em especial elaborar e implementar Plano de Desenvolvimento Econômico para o município;
- III. Fomentar o desenvolvimento econômico assegurando a preservação do meio ambiente;
- IV. Incrementar a atratividade econômica de Passos, considerando suas vocações nos setores agropecuário, industrial e de serviços, como forma de assegurar emprego e renda à população;
- V. Promover a diversificação econômica, especialmente nos setores da agroindústria, indústria médica e de saúde;
- VI. Motivar e potencializar a criação de novos negócios;
- VII. Estimular a criação, preservação e ampliação de micro e pequenas empresas, bem como de empresas de maior porte;
- VIII. Estimular o aumento dos níveis de produtividade e competitividade da indústria, promovendo a inovação e o desenvolvimento tecnológico;
- IX. Elaborar e implementar uma Política Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação que identifique oportunidades e se adeque às vocações científicas e produtivas locais, visando:
  - a) Estimular atividades científicas e tecnológicas como estratégias para o desenvolvimento econômico e social do Município, observadas as normas gerais instituídas pela Lei Federal nº 10.973, de 02 de Dezembro de 2004 (Lei Federal de Inovação), regulamentadas pelo Decreto Federal nº 9.283, de 07 de Fevereiro de 2018;
  - b) Estimular atividades de inovação nas Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT's) e nas empresas, inclusive para a atração, a constituição e a instalação de centros de pesquisa, desenvolvimento e inovação, bem como de parques e polos tecnológicos e de incubadoras de empresas;
  - c) Implantar a conectividade pública em locais de grande circulação de pessoas como parques, praças e centros comerciais, por meio de "Wi-Fi" e tecnologias análogas, como serviço público municipal gratuito;

- d) Implantar na administração pública ações baseadas nas tecnologias da Cidade Inteligente, voltadas à eficiência de serviços e utilidades públicas oferecidos ao cidadão, em suas diversas áreas de atuação; à articulação entre os diversos setores públicos e o setor privado; e à transparência e prestação de contas relativas às ações de governo diante da sociedade civil.
- X. Atuar em conjunto com entidades acadêmicas, públicas e privadas, em projetos que proporcionem apoio às iniciativas inovadoras e capacitação de empreendedores;
  - XI. Buscar parceria para realizar capacitação técnica da mão-de-obra do município, junto à organizações públicas e privadas como IF's, SENAI, SENAC, SEBRAE, SENAR, EMATER, entre outros.
  - XII. Articular e promover, em conjunto com organizações dos setores público e privado, políticas de melhoria da infraestrutura econômica local.
  - XIII. Reservar áreas para implantação de atividades econômicas, especialmente ao longo das estruturas rodoviárias;
  - XIV. Desenvolver ações visando a criação do distrito moveleiro e iniciativas visando ampliar o grau de formalização do setor;
  - XV. Promover a qualificação profissional da mão de obra local;
  - XVI. Fomentar a agricultura familiar para contribuir no atendimento das necessidades alimentares da população de Passos;
  - XVII. Apoiar a expansão da piscicultura no município (desde que haja disponibilidade de recursos, especialmente hídricos).
  - XVIII. Incentivar a produção agrícola e agroindustrial, em especial de alimentos, com o desenvolvimento de atividades econômicas de baixo impacto ambiental e preservando as funções do território rural, como a biodiversidade, o abastecimento e a segurança alimentar;
  - XIX. Fomentar, em parceria com a Emater-MG e sociedade civil, política de assistência técnica e extensão rural com base no estímulo ao uso de técnicas de cultivo e produção sustentáveis e em metodologias participativas;
  - XX. Apoiar e intensificar as compras diretas de produtores locais visando o atendimento do mercado institucional (merenda escolar e outros);
  - XXI. Apoiar programas que permitam a comercialização direta com o consumidor, de produtos provenientes da agricultura familiar e da industrialização rural;
  - XXII. Fomentar a implantação de feiras agroecológicas, economia solidária e de trocas e escambos.
  - XXIII. Incentivar a formação de associações, grupos e cooperativas de produtores rurais e de agricultores familiares;
  - XXIV. Garantir as condições de acesso às áreas rurais, para facilitar o transporte de pessoas e o escoamento da produção agrícola;
  - XXV. Promover a efetiva proteção dos recursos hídricos, do solo e da vegetação com a indução da ocupação sustentável do território;
  - XXVI. Articular e promover, em conjunto com o governo federal e estadual e com as empresas de telecomunicações, a expansão do acesso a rede de dados para a área

rural do município, com aumento da qualidade do sinal ofertado, seja 4G, 5G ou superiores quando disponíveis.

XXVII. Elaborar e implementar Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável;

#### 2.3.2.2 Finanças Públicas

- I. Realizar o georreferenciamento das áreas urbanas para atualização dos cadastros do IPTU;
- II. Elaborar cadastro de prestadores de serviços;
- III. Atualizar o Código Tributário Municipal;
- IV. Rever os processos de lançamento, emissão de guias e cobrança dos tributos municipais – Gestão integrada de tributos.
- V. Aprimorar os softwares de gestão dos tributos municipais.

#### 2.3.2.3 Gestão Pública

- I. Elaborar o Planejamento Estratégico Municipal – PEM;
- II. Elaborar e implementar Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC, integrando os esforços dos diversos setores da Prefeitura no que se refere aos produtos e serviços relacionados à tecnologia da informação e comunicação.
- III. Garantir a eficiência e a desburocratização da gestão pública na administração dos recursos e na execução de políticas econômicas setoriais e integradas.

### 2.4 Turismo

#### 2.4.1 Síntese das contribuições recebidas

Foi recebido um total de 16 contribuições, que foram reagrupadas de acordo com os quatro temas que aglutinam as diretrizes e linhas de ações estratégicas específicas para a gestão e o desenvolvimento sustentável e inclusivo do Turismo em Passos: 1) Fortalecimento e articulação institucional para a gestão do turismo; 2) Meio-ambiente, infraestrutura e serviços públicos para o desenvolvimento turístico; 3) Desenvolvimento e estruturação de atrativos, roteiros, serviços e equipamentos turísticos; 4) Fomento à comercialização e marketing turístico do destino.

De modo geral, as contribuições recebidas estão contempladas e contribuirão para um ajuste enriquecedor das propostas. Algumas delas dependem de estudos e

discussões setoriais locais mais aprofundadas, que fogem ao escopo deste Plano Diretor, tais como a criação de agência de turismo e a questão da abertura das lojas da Avenida da Moda aos domingos. Neste sentido, podem ser mais propriamente tratadas em outro momento pelos gestores do turismo e outras instâncias pertinentes.

#### 2.4.2 Análise da pertinência das contribuições

Segue-se a análise da pertinência das contribuições, de acordo com os quatro temas que aglutinam as diretrizes e linhas de ações estratégicas para o setor de Turismo em Passos:

##### 2.4.2.1 Fortalecimento e articulação institucional para a gestão do turismo

- Política Municipal de Turismo, proibição de turismo predatório – o Plano Diretor propõe as diretrizes para a Política Municipal de Turismo, consubstanciadas em termos das medidas necessárias para a estruturação do planejamento e gestão do turismo municipal de forma não predatória e sustentável. Foi reforçada nas redações a participação social e a fiscalização ambiental das atividades turísticas, além da fiscalização econômica e sanitária já citadas.
- Criação de agência de turismo – depende de estudos mais aprofundados e discussões que fogem ao escopo do Plano Diretor. Seria uma ação específica a ser avaliada pela SICTUR de forma integrada às demais secretarias, com o COMTUR e com o Circuito Turístico Nascentes das Gerais e Canastra.

##### 2.4.2.2 Meio-ambiente, infraestrutura e serviços públicos para o desenvolvimento turístico

- Sinalização turística, ponto de apoio ao turista, guias turísticos, implantação de equipamentos públicos – temas incluídos nas propostas, com redação afinada pelas contribuições.
- Educação ambiental e turística (atrativos e recepção ao turista) para a população, capacitação de guias – ações inseridas nas propostas, com redação afinada pelas contribuições.

#### 2.4.2.3 Desenvolvimento e estruturação de atrativos, roteiros, serviços e equipamentos turísticos

- Esportes náuticos – incluída proposta para o desenvolvimento de estudos nesse sentido.
- Serra da Canastra – atrativo já incluído nas propostas.
- Calendário semanal de eventos – sugestão ajustada e incluída nas propostas.
- Articulação cultura/turismo, revitalização do patrimônio histórico e fomento à visitação, envolvendo formação de guias mirins juntamente com as escolas locais – ações dessa natureza devem estar inseridas na política de cultura, mas tendo em vista a relação íntima entre a cultura e o turismo em Passos, foi também reforçada ação nesse sentido.
- Abertura das lojas da Avenida da Moda aos domingos – ações específicas como essa não são do âmbito do Plano Diretor, mas decisões que envolvem estudos e discussões pertinentes ao setor comercial e à própria gestão do turismo local.
- Centro Comercial fixo no antigo Mercado Municipal como apoio ao turista e ao artesanato local – tema tratado da política cultural do município.

#### 2.4.2.4 Fomento à comercialização e marketing turístico do destino

- Promoção das riquezas turísticas – ação já incluída nas propostas.

#### 2.4.3 Propostas revistas a partir das contribuições

As propostas compreendem os objetivos gerais e as diretrizes e linhas de ações estratégicas.

##### 2.4.3.1 Objetivos

- I. Desenvolvimento do turismo de forma integrada, sustentável e socialmente inclusiva, conforme diretrizes da Organização Mundial de Turismo (OMT) e Ministério do Turismo (MTUR), gerando mais emprego, renda e qualidade de vida para a população local;
- II. Ampliação do fluxo, tempo médio de permanência e gastos de turistas no município, sobretudo em dias de semana e na baixa temporada, de modo a reduzir a sazonalidade da atividade, respeitando-se a capacidade de carga do destino e de seus atrativos e objetivando alcançar um equilíbrio dinâmico entre oferta e demanda turística no desenvolvimento da atividade;

- III. Priorização dos segmentos do turismo cultural (histórico, artístico e religioso); negócios e eventos, sobretudo os relacionados à cultura e economia local (móveis rústicos, moda, agropecuária/agroindústria), dentre outros (gastronômico e o rural; náutico, de natureza, de aventura e esportes radicais, ciclo-turismo, turismo pedagógico).

#### 2.4.3.2 Diretriz 1 – Fortalecimento e articulação institucional para a gestão do turismo

- I. Desenvolver e efetivar a Política Municipal de Turismo Sustentável em consonância com o Plano Diretor do município, através da SICTUR e contando com a participação do COMTUR e demais representantes da iniciativa privada, de outros órgãos públicos e da sociedade civil do município, que tenham relevância para o setor turístico local.
- II. Dotar a SICTUR de estrutura organizacional e de pessoal capacitado para exercer funções de planejamento e gestão do turismo sustentável no município e provisão de informação turística;
- III. Promover a integração e articulação da SICTUR com demais secretarias municipais e instâncias governamentais relevantes para o turismo e com o Circuito Nascentes das Gerais e Canastra;
- IV. Fortalecer os mecanismos da gestão participativa do turismo municipal, estimulando maior representatividade e capacitação do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e através de dotações orçamentárias mais contínuas para o Fundo Municipal de Turismo (FUNTUR), em consonância com o planejamento do setor;
- V. Estimular a formação de redes para a gestão do turismo municipal;
- VI. Desenvolver uma base de dados e de informações sobre a atividade turística municipal, periodicamente atualizada (Inventário da Oferta Turística, estudos de demanda, de fluxo turístico e de capacidade de carga turística, dentre outros) e que pode vir a embasar a criação de um Observatório Municipal de Turismo;
- VII. Elaborar e executar o Plano de Turismo Municipal (PMT) em articulação com o COMTUR, de forma alinhada aos planos de turismo em nível regional estadual e nacional e ao Plano Diretor;
- VIII. Articular, fomentar e desenvolver políticas, planos e ações sustentáveis e inclusivas para a estruturação dos segmentos de maior potencial turístico em Passos, em parceria com as instituições relevantes;
- IX. O planejamento do turismo municipal e de seus segmentos deve também promover a integração da produção local à cadeia produtiva do turismo e o “turismo de base local”;
- X. Articular, apoiar e fomentar a realização periódica de campanhas de sensibilização para a educação ambiental e turística de forma integrada, voltado para a população, empresários e turistas, bem como de planos e ações de capacitação da mão-de-obra gerencial e operacional para a prática da atividade turística sustentável nos setores público, não governamental e privado;
- XI. Buscar cumprir as exigências para que Passos esteja inserido devidamente tanto no

Mapa do turismo do MTUR quanto na captação do ICMS turístico estadual, dentro dos devidos prazos;

- XII. Fomentar a participação e a captação de recursos e benefícios por parte do setor turístico municipal junto aos demais programas, ações de apoio e linhas de financiamento oferecidas nas esferas federal e estadual, orientando os potenciais interessados para esse fim.

#### 2.4.3.3 Diretriz 2 – Meio-ambiente, infraestrutura e serviços públicos para o desenvolvimento turístico

- I. Articular com as instituições relevantes ações visando o monitoramento e a mitigação de questões e impactos ambientais que afetam recursos turísticos do município e de regiões próximas, que são importantes para o turismo de Passos;
- II. No caso de eventos turísticos, sugere-se a consolidação de uma política de fomento, maximizando os seus impactos positivos e minimizando os negativos, através de uma cartilha de orientação aos interessados, com as condições de realização;
- III. Articular com as secretarias municipais pertinentes medidas para maior arborização da cidade, visando melhorar a sensação térmica e a ambiência, além de estudos de outras intervenções urbanísticas e paisagísticas cabíveis que possam agregar valor turístico ao município, tais como revitalização de praças e suas estruturas públicas de alimentação e prestação de outros serviços, ou ainda a implantação de lixeiras metálicas nas principais vias comerciais da cidade e região Central, dentre outras ações em espaços públicos;
- IV. Fazer gestões junto aos órgãos municipais pertinentes, visando ampliar e tornar mais efetiva a fiscalização ambiental, econômica e sanitária das atividades turísticas;
- V. Articular, junto aos órgãos municipais e demais instâncias pertinentes, ações visando sanar as limitações existentes para o turismo em termos de acessibilidade e transporte inter e intra-municipal, sinalização rodoviária e turística, inclusive por meio de aplicativos tipo google maps, waze, dentre outros.
- VI. Apoiar esforços regionais de captação de recursos visando à pavimentação da estrada de São João Batista do Glória a Delfinópolis, o que a transformaria em importante via turística, aproximando Passos de outras áreas de acesso ao Canastra e ao triângulo mineiro.

#### 2.4.3.4 Diretriz 3 – Desenvolvimento e estruturação de atrativos, roteiros, serviços e equipamentos turísticos

- I. Fomentar e apoiar iniciativas de estruturação e melhorias de atrativos turísticos para a visitação, relacionadas à estrutura física e estado de conservação, gestão e capacitação de pessoas, adoção de práticas sustentáveis, sinalização turística e interpretativa inteligente e interativa, materiais de informação e divulgação, acesso a

- Wi-Fi, dentre outros itens de agregação de valor turístico. Deve-se priorizar os atrativos de maior potencial turístico, identificados no diagnóstico do Plano Diretor e em eventuais estudos complementares;
- II. Em particular, deve-se potencializar o patrimônio histórico com projetos de revitalização e visitação envolvendo formação de guias mirins juntamente com as escolas locais.
  - III. Desenvolver o calendário de eventos, dentro da maior frequência possível. Para tanto, sugere-se: a) articular a promoção e realização de novos eventos, sobretudo em meses de baixa temporada, priorizando iniciativas baseadas na cultura local que possam contribuir para a promoção e o posicionamento do destino no mercado e para o fomento do turismo; b) Incentivar a realização de eventos permanentes, sobretudo noturnos, de forma a auxiliar a composição de pacotes de turismo e a ampliação dos gastos turísticos no município;
  - IV. Realizar estudos de viabilidade visando acesso para esportes náuticos no Rio Grande e implementar as medidas necessárias para a criação desse acesso, e desenvolvimento desse segmento turístico no município;
  - V. Fomentar e apoiar projetos de desenvolvimento e estruturação de roteiros turísticos, priorizando os associados aos segmentos e atrativos de maior potencial no município;
  - VI. Promover uma melhor integração da oferta turística em Passos, através de atividades de sensibilização e utilização de redes voltadas para empreendedores turísticos.
  - VII. Fomentar e apoiar a elaboração e a execução de programas e ações de incentivo à gestão ambiental responsável, à gestão da qualidade e à qualificação em geral dos atrativos, serviços e equipamentos turísticos do município (incluindo os serviços de guias) para a prática do turismo de maneira ambientalmente sustentável;
  - VIII. Fomentar a formalização da atividade turística, incentivando serviços e equipamentos turísticos do município a se cadastrarem no CADASTUR do MTUR;
  - IX. Estruturar um ou mais Centro(s) de Atendimento Turístico em Passos, em lugar(es) de fácil acesso a turistas;
  - X. Promover a atração e ampliação de investimentos que complementem e qualifiquem a oferta de atrativos, serviços e equipamentos de turismo existentes, sempre que oportuno, a partir de ações de sensibilização de potenciais empreendedores para oportunidades de negócios, financiamentos e outras formas de incentivos, inclusive fiscais.

#### 2.4.3.5 Diretriz 4 – Fomento à comercialização e marketing turístico do destino

- I. Planejar e executar o investimento em comunicação e marketing turístico de Passos, de forma alinhada as recomendações de conteúdo do MTUR;
- II. Para subsidiar este processo, sugere-se que o município participe da Rede de Inteligência do Mercado no Turismo (RIMT) criada em âmbito nacional;
- III. De forma alinhada ao Plano Diretor, sugere-se priorizar a divulgação de Passos não apenas como polo regional, destino de turismo de negócios e eventos e base de



exploração para a região de Furnas e do Canastra, mas também como destino de turismo cultural, com foco nos atrativos históricos, artístico e religiosos;

- IV. A divulgação, contudo, deve privilegiar os produtos de maior potencial turístico identificados no diagnóstico do Plano Diretor e que estejam mais preparados para receber turistas de forma satisfatória e sustentável, utilizando diferentes canais institucionais (Prefeitura, circuito, Setur-MG), mercadológicos, e de comunicação digital, junto a mercados efetivos e potenciais a serem pesquisados.

## 2.5 Cultura

### 2.5.1 Síntese e relevância das contribuições na política cultural

De maneira geral, as contribuições recebidas encontram-se contempladas nas propostas elaboradas, tendo sido referência para um ajustamento nas redações, reforçando alguns pontos relevantes na política cultural.

Uma das principais diretrizes da Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio refere-se à criação de infraestrutura adequada, quadro mínimo de pessoal qualificado e recursos orçamentários próprios, compatíveis com as demandas do setor cultural, de forma a garantir a implementação das ações propostas da I Conferência Municipal de Cultura que poderão orientar o desenvolvimento do Plano Municipal de Cultura, definindo desta forma sua política Cultural e Patrimonial.

A secretaria deveria estabelecer mecanismos próprios de captação de recursos, como por exemplo a lei de incentivo a cultura, com fundos e editais que tenham o objetivo de atender as distintas demandas dos grupos culturais da cidade, moradores das áreas centrais e periféricas e as ações relativas ao patrimônio material e imaterial.

Outra linha de ação fundamental na formulação e deliberação da política de cultura e patrimônio é o fortalecimento dos conselhos municipais de Política Cultural e de Patrimônio Cultural, com maior integração entre as ações dos Conselhos, a representação de um conselho no outro e a participação ampliada e diversificada da sociedade civil em suas instâncias

A política cultural e patrimonial deverá incluir a promoção de ações transversais e programas integrados entre as políticas de patrimônio cultural e turismo e a integração dos

espaços culturais existentes e o patrimônio histórico cultural do município, aprimorando também as parcerias e ações conjuntas entre as políticas públicas nas áreas de cultura, patrimônio cultural, educação, esporte, juventude e lazer.

Podem ser elaboradas parcerias e projetos com as demais secretarias municipais, visando a aprimorar os mecanismos de gestão das políticas públicas comuns, em especial com os órgãos municipais de planejamento e controle e o fortalecimento das ações de educação patrimonial, como as visitas guiadas, identificação e reconhecimento das culturas tradicionais e populares como patrimônio imaterial, como os congos e reinados, apoio a iniciativas da sociedade civil no tocante à preservação dos seus próprios bens culturais, a exemplo do trabalho desenvolvido na Santa Casa.

A agenda cultural deverá refletir a política cultural e patrimonial, visando o desenvolvimento cultural integrada aos veículos de comunicação municipal, tendo como principal referência o conhecimento dos grupos de teatro, música, dança, literatura, etc. do município, por meio de levantamento sistemático e mapeamento atualizado.

A cultura pública, teatro e música ao vivo nas praças centrais e periféricas da cidade poderão também estar incluídas no plano de cultura, como também a criação de roteiros turístico-culturais integrando meio ambiente, patrimônio, culinária e festas, estimulando os proprietários de bens e valorizando a mão de obra local.

E, por fim, a realização de estudos visando o desenvolvimento da economia criativa, especificamente para as áreas de culinária local – com destaque para sua diversificada confeitaria, cafés e cervejas artesanais e o artesanato.

## 2.5.2 Síntese e relevância das contribuições na política de patrimônio cultural

Como dito acima, de maneira geral as contribuições já estão contempladas nas propostas apresentadas, quais sejam: efetiva interação das políticas municipais de cultura e turismo; fortalecimento das ações de educação patrimonial, como as visitas guiadas; identificação e reconhecimento das culturas tradicionais e populares como patrimônio imaterial, como os congos e reinados.

Quanto à questão de restauração e tombamento dos chamados velhos casarões, não houve ênfase às ações pontuais de tombamento e restauração de imóveis, mas um

incentivo à maior participação dos cidadãos nas instancias deliberativas e compensações aos proprietários de bens privados protegidos. Essas ações podem construir um maior consenso social sobre o que deve ser protegido e preservado. Como retorno à sugestão, foi acrescentada a proposta de ampliação do conjunto de bens protegidos, entendendo como proteção tanto o tombamento e a restauração, como também o registro documental e o estabelecimento de regras urbanísticas de controle altimétrico, de proteção de visadas e outros parâmetros, no eixo da proteção das estruturas urbanas e arquitetônicas e o patrimônio ambiental urbano.

### 2.5.3 Propostas revistas a partir das contribuições

#### 2.5.3.1 Diretrizes para a política municipal de cultura e patrimônio cultural

- I. Proteção ao patrimônio histórico, cultural e religioso e valorização da memória e do sentimento de pertencimento à cidade;
- II. Valorização das áreas de patrimônio cultural com a proteção e recuperação de imóveis e locais de referência para a população da cidade, estimulando usos e atividades compatíveis com a preservação;
- III. Estímulo à pesquisa e ao registro das obras e monumentos que apresentem valor histórico, artístico, cultural, arquitetônico e científico.

#### 2.5.3.2 Ações para a implementação de políticas públicas de cultura e patrimônio cultural

- I. Dotar a Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio de infraestrutura adequada, quadro mínimo de pessoal qualificado e recursos orçamentários;
- II. Promover a implementação do Plano Municipal de Cultura, seguindo as orientações previstas na I Conferência Municipal de Cultura, criando instrumentos e definindo prazos para a efetivação de ações propostas.
- III. Estimular maior participação da sociedade civil nas instâncias de formulação e deliberação das políticas de cultura e patrimônio, especialmente nos conselhos municipais;
- IV. Fortalecer a atuação do Conselho de Política Cultural e do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural;
- V. Aprimorar as parcerias, ações transversais e programas integrados entre as políticas públicas nas áreas de cultura, patrimônio cultural, turismo, educação, esporte, juventude e lazer;
- VI. Promover maior integração dos veículos de comunicação existentes com a política cultural local;
- VII. Promover efetivas parcerias com as demais secretarias municipais, em especial com

- os órgãos municipais de planejamento e controle;
- VIII. Promover a articulação com os conselhos setoriais, como os Conselhos de Habitação, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Trânsito e Transportes, Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental e Planejamento visando a proteção e preservação dos bens culturais em todas as suas categorias;
- IX. Apoiar iniciativas da sociedade civil no tocante à preservação dos seus próprios bens culturais.
- X. Desenvolver estudos sobre o estabelecimento de Áreas Especiais de Preservação Cultural, tendo a seguinte referência:
- a) Bens Imóveis Representativos (BIR) - elementos construídos, edificações e suas respectivas áreas ou lotes, com valor histórico, arquitetônico, paisagístico, artístico, arqueológico e/ou cultural, inclusive os que tenham valor referencial para a comunidade;
  - b) Áreas de Urbanização Especial (AUE) - porções do território com características singulares do ponto de vista da morfologia urbana, arquitetônica, paisagística, ou do ponto de vista cultural e simbólico, ou conjuntos urbanos dotados de identidade e memória, possuidores de características homogêneas quanto ao traçado viário, vegetação e índices urbanísticos, que constituem documentos representativos do processo de urbanização de determinada época;
  - c) Áreas de Proteção Paisagística (APPa) - sítios e logradouros com características ambientais, naturais ou antrópicas, tais como parques, jardins, praças, monumentos, viadutos, pontes, passarelas e formações naturais significativas, áreas indígenas, entre outras;
  - d) Área de Proteção Cultural (APC) - imóveis de produção e fruição cultural, destinados à formação, produção e exibição pública de conteúdos culturais e artísticos, como teatros e cinemas de rua, circos, centros culturais, residências artísticas e assemelhados, assim como espaços com significado afetivo, simbólico e religioso para a comunidade, cuja proteção é necessária à manutenção da identidade e memória do município e de seus habitantes, para a dinamização da vida cultural, social, urbana, turística e econômica da cidade.

#### 2.5.3.3 Ações propostas quanto ao desenvolvimento cultural

- I. Promover ações o sentido de se implantar Instituição Museal no Palácio da Cultura, para a salvaguarda da história, memória e identidade local e regional, promotora de ações para todos os segmentos culturais em trabalho integrado com o Conselho de Política Cultural;
- II. Aprimorar e manter a agenda cultural do município atualizada, envolvendo a participação efetiva da comunidade;
- III. Realizar o levantamento dos grupos e espetáculos de teatro, música e literatura, para o planejamento cultural do município de Passos;
- IV. Promover estudos para o desenvolvimento da economia criativa, nas áreas de

- culinária local e artesanato;
- V. Promover parcerias efetivas com as Secretarias de Educação e de Turismo, visando projetos de educação patrimonial, educação ambiental e turismo cultural;
  - VI. Promover a integração dos espaços culturais existentes;
  - VII. Estruturar em termos legais e planejar os eventos do Mercado Cultural de forma a abranger o maior grupo de artistas e a comercialização de produtos de origem local, estabelecendo editais para os eventos planejados, com acesso a toda a comunidade;
  - VIII. Criar roteiros turístico-culturais correlacionados aos bens culturais tombados e registrados, como um Circuito Turístico Cultural, com o suporte dos eixos viários, integrando meio ambiente, patrimônio, culinária e festas, estimulando os proprietários envolvidos a atuar em consonância com a preservação desses bens e valorizando a mão de obra local.

#### 2.5.3.4 Ações propostas quanto à proteção do patrimônio documental

- I. Implantar uma política municipal de arquivos com a criação de um Arquivo Público Municipal, segundo legislação e normas estabelecidas nacionalmente;
- II. Preservar a documentação do ICMS Cultural, garantindo sua preservação e acesso público;
- III. Identificar e criar mecanismos de proteção dos acervos privados de interesse público, como aqueles guardados nas escolas, igrejas, associações e famílias, em especial, os acervos dos espetáculos teatrais Paixão de Cristo e das festas do Congo, Moçambique e Reinado.

#### 2.5.3.5 Ações propostas quanto à proteção das estruturas urbanas e arquitetônicas e o patrimônio ambiental urbano

- I. Promover a proteção das áreas de interesse cultural no centro urbano de Passos como o complexo das praças e seu entorno, que caracterizam um Núcleo Histórico, adotando medidas em consonância com a legislação urbanística e ambiental, como controle altimétrico, compensações e incentivos aos proprietários de bens particulares inventariados e/ou tombados;
- II. Promover estudos sobre a paisagem urbana considerando vistas e conexões significativas a partir do bem tombado e/ou inventariado para definição do entorno a ser protegido, quando necessário, quanto a padrões de ocupação, infraestrutura adequada e possíveis atividades econômicas, atendendo a critérios de sustentabilidade e garantindo a proteção do patrimônio arquitetônico e cultural;
- III. Promover a proteção da Igreja Matriz Senhor Bom Jesus dos Passos, propondo seu tombamento e do seu entorno, incluindo a Praça da Matriz;
- IV. Ampliar o conjunto dos bens arquitetônicos, bens integrados e bens móveis protegidos nas áreas de interesse cultural do centro urbano de Passos, e garantir a sua integridade física com obras de restauro e sistemas de prevenção de incêndio e

de roubo;

- V. Promover estudos para o tombamento estadual da Capela de Nossa Senhora da Penha.
- VI. Garantir a integridade física dos bens arquitetônicos, bens integrados e bens móveis protegidos, com a instalação e/ou manutenção de sistemas de prevenção de incêndio e de roubo e, quando for o caso, a instituição de Termo de Ajustamento de Conduta Cultural para proprietários de imóveis protegidos que tenham sofrido abandono ou alterações nas características que motivaram a proteção, visando à recomposição dos danos causados ou outras compensações culturais.

#### 2.5.3.6 Ações propostas quanto à proteção do patrimônio imaterial

- I. Promover o inventário das manifestações tradicionais e populares, especialmente das culturas afrodescendentes e indígenas remanescentes;
- II. Promover o registro como bem imaterial das festas de Congo e Moçambique e Reinado;
- III. Incluir o bem cultural Presépio Mecanizado Walter Pinto no Cadastro de Presépios e Lapinhas do IEPHA/MG.

#### 2.5.3.7 Ações propostas quanto à difusão e educação para o patrimônio

- I. Fortalecer ações de difusão e educação patrimonial no município, envolvendo os mais diversos grupos, tais como servidores públicos, idosos, jovens, crianças, comunidades periféricas e rurais;
- II. Desenvolver projetos de educação patrimonial regional em parceria com Conselhos de Patrimônio Cultural e Secretarias de Cultura de municípios da região;
- III. Promover a parceria com as escolas municipais e estaduais para a implementação de programas permanentes de educação patrimonial, valorização da cultura e da memória locais, disciplina de história local, entre outras;
- IV. Promover parceria com a UEMG, especialmente no curso de História e no Centro de Memória Social e História Natural, para a formação de professores.

## 2.6 Esporte e lazer

### 2.6.1 Síntese das contribuições recebidas

As contribuições recebidas podem ser sintetizadas em 3 linhas, sendo a primeira gestão, a segunda atividades esportivas e a terceira atividades de lazer, como se segue.

#### 2.6.1.1 Assuntos relacionados a gestão

- ... fortalecer participação na lei orçamentária anual para esta área.
- ... concessão de quiosques para gerar renda para a própria área.
- ... utilização de quadras já existentes e subutilizadas dando estágio para os alunos de educação física das faculdade da região que seriam responsáveis pelo treinamento para competições regionais.
- ... parcerias com confederações esportivas para esportes mais fortes da cidade, como handball, natação, ou atração para novos esportes como hube e outros.

#### 2.6.1.2 Assuntos relacionados a atividades esportivas

- ... esporte aquático / caminhadas / ciclismo / futebol de campo / futebol profissional / basquete / vôlei / atletismo.
- ... competições interescolares e em olimpíadas universitárias.
- ... muitos pontos de esporte e lazer públicos da cidade estão abandonados, sem cuidados e manutenção, onde vira ponto de mendigos dormirem e descarte de entulho
- Revitalização do Parque Emílio Piantino.
- Revitalização e reforma das quadras, clubes. A maioria relacionada a esporte e lazer na cidade está na iniciativa privada e longe da população.
- Recuperar o estádio municipal.

#### 2.6.1.3 Assuntos relacionados a atividades de lazer

- Utilizar áreas marginais a córregos na cidade para criação de circuitos de caminhada ou pedalada ou áreas de lazer infantil.
- Criação de atividades esportivas nas praças a fim de incentivar a prática esportiva.
- Retornar o projeto de esporte e lazer para crianças e adolescentes em período complementar à escola.
- Implantar programas de vida saudável com caminhadas em espaços ecológicos, implantando corredores e rotas ambientais.

## 2.6.2 Análise da pertinência das contribuições

De modo geral, as contribuições recebidas estão contempladas nas propostas apresentadas, apenas com redações por vezes diferenciadas, por se tratar o Plano Diretor de um documento jurídico, que deve obedecer a determinados padrões. Algumas delas, como as referentes a parques lineares e ao Parque Emílio Piantino são do escopo da política ambiental.

Há que se levar em conta ainda que o Plano Diretor, pela sua natureza, contém orientações mais abrangentes e flexíveis quanto a diretrizes e ações, sendo que questões de caráter específico e pontual deverão ser tratadas em programas e projetos desenvolvidos pela gestão da própria política a partir dessas orientações.

No entanto, verifica-se que as sugestões enviadas contribuíram para o afinamento das propostas, apresentadas a seguir com os ajustes feitos.

## 2.6.3 Propostas revistas a partir das contribuições

### 2.6.3.1 Diretrizes

- I. Democratização do acesso à prática das atividades de esporte e lazer como direito constitucional;
- II. Participação da sociedade na definição da política de esportes e lazer;
- III. Informação contínua das ações de esporte e lazer para a sociedade;
- IV. Conscientização da importância e incentivo à prática de atividades de esportes e lazer;
- V. Descentralização de ações para o atendimento às demandas, considerando recortes territoriais e, em especial, situações de vulnerabilidade.

### 2.6.3.2 Ações relativas à gestão da política de esportes e lazer

- I. Fortalecer o Conselho Municipal de Esporte e lazer e estimular a gestão participativa entre os atores locais direta e indiretamente envolvidos com o esporte e/ou lazer;
- II. Implementar o Fundo Municipal de Esportes, com definição de fontes de recursos;
- III. Garantir dotação orçamentária, de recursos humanos e capacitação específica que exerça e desenvolva as funções relativas ao esporte e ao lazer;
- IV. Elaborar o Plano Municipal de Esporte e Lazer;
- V. Realizar a Conferência Municipal de Esporte e Lazer;
- VI. Alinhar as ações municipais de incentivo ao esporte àquelas promovidas pelos governos federal e estadual;



- VII. Integrar ações da Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude às demais secretarias municipais, em especial na área da cultura, educação, saúde e assistência;
- VIII. Promover e consolidar parcerias com a iniciativa privada, confederações esportivas, associações de bairros e lideranças comunitárias para apoio e incentivo à prática esportiva e recreativa em todas as suas modalidades e manifestações.

#### 2.6.3.3 Ações relativas ao esporte

- I. Promover campanhas de conscientização da importância da prática regular de atividade física para a redução do risco de doença cardíaca coronária, diminuição do risco de infarto, câncer de cólon, diabetes e pressão alta entre outras doenças, como também para a diminuição dos índices de violência;
- II. Avaliar e potencializar o uso das Academias ao Ar Livre;
- III. Promover o Padrinho Esportivo como trabalho colaborativo e voluntário de assistência a crianças e adolescentes pertencentes a grupos de risco;
- IV. Promover o Talento Esportivo entre alunos atletas, praticantes de modalidades olímpicas ou não e paraolímpicas, proporcionando melhores condições de treinamento, alimentação e, sobretudo, melhor qualidade de vida a esses jovens, aprimorando aqueles que representam ou irão representar o município em competições esportivas;
- V. Avaliar e promover o aumento do número de vagas das escolas de esportes mantidas pela Prefeitura;
- VI. Promover o Marketing Esportivo, avaliando o potencial do mercado de consumidores para atração de patrocinadores, geração de emprego e renda e turismo, em competições, venda de ingressos, material esportivo, contratação de pessoal, hospedagem e alimentação, entre outros;
- VII. Avaliar, recuperar e manter a qualidade dos espaços para a prática de esportes existentes no município;
- VIII. Avaliar e promover a ampliação da oferta de infraestrutura adequada para as diversas atividades esportivas e de lazer, distribuídas entre as diversas regiões da cidade e de forma articulada a espaços públicos e aos Parques Lineares, incentivando a iniciação esportiva principalmente em áreas de vulnerabilidade social do município.

#### 2.6.3.4 Ações relativas ao lazer

- I. Promover campanhas de conscientização da importância do ócio como atividade de combate ao stress físico, mental e psicológico e a na consolidação de relações pessoais;
- II. Aprofundar conceitos e conteúdos acerca do esporte e do lazer no contexto do envelhecimento bem sucedido;
- III. Descentralizar os eventos, com o propósito de propiciar a participação da população residente nas áreas distantes do centro da cidade;

- IV. Nortear ações de lazer e esporte recreativo para públicos diferenciados por faixa etária, gênero e pessoas portadoras de deficiência físicas e mentais;
- V. Promover atividades lúdicas itinerantes como teatro de bonecos, tenda de brincar, brinquedoteca, circo, gincana, festas, entre outros;
- VI. Promover atividades de recreação e entretenimento, organizadas na forma de oficinas, com local e horário pré-estabelecidos, de caráter permanente e/ou rotativo, de acordo com as características e interesses da comunidade;
- VII. Promover eventos de acordo com datas comemorativas como festas nacionais, carnaval, festas juninas, festivais esportivos, férias escolares, festas folclóricas, entre outros;
- VIII. Avaliar, recuperar e manter e/ou ampliar os espaços de convivência social como as praças, as quadras, os salões paroquiais, os ginásios esportivos, os campos de futebol, os clubes sociais.

## 2.7 Educação

### 2.7.1 Síntese das contribuições recebidas

Em síntese, foram as seguintes as contribuições recebidas:

- Fortalecer a educação ambiental nas escolas em parceria com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Agropecuária e Abastecimento;
- Fortalecer o ensino médio-técnico, em parceria com a Secretária Estadual de Educação e com o Ministério da Educação, em consonância com as potencialidades econômicas e da demanda do mercado de trabalho da região.
- Aumentar a oferta de escolas em Tempo Integral;
- Melhorar o transporte escolar;
- Fomentar a participação das escolas nas competições regionais, estaduais e nacionais de conhecimento (robótica, soletração, conhecimentos gerais, entre outros);
- Fortalecer e fomentar eventos nas escolas, como a feira de empreendedorismo, feira de profissões, semanas de saúde, da água, entre outros;
- Fortalecer a parceria das escolas com as Instituições de Ensino Superior;
- Articulação com o Sistema S e outras instituições do terceiro setor para a oferta de cursos extracurriculares, colaborando para o aumento da oferta do Tempo Integral.
- Já foi aprovada a Lei n 3.316 de 15/01/18 que instituiu a eleição de diretores municipais.

## 2.7.2 Análise da pertinência das contribuições

A maioria das contribuições é pertinente. Algumas já estavam contempladas na proposta inicial, como o aumento da oferta de escolas em Tempo Integral e o fortalecimento da parceria entre as escolas e as Instituições de Ensino Superior. As que não estavam contempladas foram incluídas nas propostas da área de educação.

## 2.7.3 Propostas revistas a partir das contribuições

- I. Promover maior interação com a rede estadual, com vistas a criar uma visão unificada e ações integradas em relação à política de educação para o município.
- II. Manter os programas pedagógicos existentes e criar mecanismos institucionais que garantam a sua continuidade em gestões futuras.
- III. Fortalecer e fomentar eventos nas escolas, como a feira de empreendedorismo, feira de profissões, semanas de saúde, da água, entre outros.
- IV. Fomentar a participação das escolas nas competições regionais, estaduais e nacionais de conhecimento, como robótica, soletração, conhecimentos gerais, entre outros.
- V. Fortalecer a educação ambiental nas escolas em parceria com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Agropecuária e Abastecimento.
- VI. Expansão da educação infantil para crianças de 0 a 3 anos, em período integral, com vistas a atingir a meta 1 do Plano Municipal de Educação (atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos).
- VII. Ampliar o tempo integral da pré-escola (crianças de 4 e 5 anos), preferencialmente em bairros socialmente vulneráveis.
- VIII. Aumentar a oferta da escola integral para o ensino fundamental, preferencialmente em escolas de bairros socialmente vulneráveis.
- IX. Cooperar com a Secretaria de Estado da Educação no aumento da oferta da escola integral para o ensino médio, preferencialmente em escolas de bairros socialmente vulneráveis.
- X. Incentivar o ensino médio-técnico, em parceria com a Secretária Estadual de Educação e com o Ministério da Educação, em consonância com as potencialidades econômicas e do mercado de trabalho da região.
- XI. Realizar, em conjunto com a Secretaria de Estado da Educação, estudo da demanda potencial para o ensino médio noturno, com vistas a atendê-la.
- XII. Assegurar, juntamente com a Secretaria de Estado da Educação, a oferta da Educação de Jovens e Adultos do ensino fundamental e médio, articulada à educação profissional.
- XIII. Articulação com o Sistema S e outras instituições do terceiro setor para a oferta de cursos extracurriculares, para o aumento da oferta do Tempo Integral.
- XIV. Intensificar as ações intersetoriais com saúde, assistência social, cultura e esportes,

- visando a prevenção dos agravos oriundos da vulnerabilidade social dos alunos.
- XV. Garantir o cumprimento da Lei nº 3.316 de 15/01/2018 que institui a eleição de diretores e vice-diretores das escolas municipais, com vistas a tornar o processo mais democrático e participativo.
  - XVI. Manter e fortalecer as parcerias com as instituições públicas de ensino superior de Passos.
  - XVII. Fomentar a participação popular e da comunidade escolar no processo de discussão e deliberação das políticas de educação por meio de reuniões ordinárias do Conselho Municipal de Educação.
  - XVIII. Garantir um transporte escolar público de qualidade.
  - XIX. Fortalecer, por meio do Conselho Municipal de Educação, o acompanhamento e monitoramento do Plano Municipal de Educação, com vistas a garantir o cumprimento das suas metas.

## 2.8 Saúde

### 2.8.1 Síntese das contribuições recebidas

As contribuições recebidas por meio da consulta pública podem ser organizadas em quatro linhas. A primeira diz respeito a variáveis como queimadas, saneamento básico (esgoto, água e coleta de lixo) e atividades de esporte e lazer. A segunda diz respeito à estrutura de atendimento no município, como a criação de mais um pronto-atendimento, o aumento nas consultas especializadas, a maior capacitação dos profissionais da saúde para atendimento aos pacientes e o atendimento de gestantes. A terceira está associada à melhoria na forma de organização dos dados. A quarta refere-se ao desejo de implantar e/ou potencializar o programa que incentiva o uso de ervas medicinais na saúde preventiva.

### 2.8.2 Análise da pertinência das contribuições

Na primeira linha, os temas elencados na consulta pública, apesar de terem correlação com a saúde, são objeto de outras políticas, sendo que as questões de queimadas e saneamento básico se relacionam com a política ambiental e as questões de esporte e lazer se relacionam com a política de esportes e lazer.

Na segunda e terceira linhas, são temas diretamente relacionados à saúde, de certa forma já contemplados nas propostas apresentadas. No que diz respeito à criação de

mais um pronto-atendimento no município, as propostas apresentadas solucionam a sobrecarga no pronto-atendimento existente por meio do fortalecimento da Estratégia de Saúde da Família (ESF), com o aumento do número de equipes de ESF, tornando a Atenção Primária mais resolutiva, de forma que a população não procure o pronto-atendimento para o que poderia ser solucionado pela Atenção Primária, diminuindo dessa forma a demanda por pronto-atendimento. Além disso, foram feitas propostas de capacitação para as equipes de saúde.

Quanto à organização de dados de saúde, existe no município formas de organização e softwares específicos para registrar os dados que não são contemplados pelo E-SUS. Em relação ao grande tempo médio de espera por consultas especializadas, a Secretaria de Saúde já começou a fazer todo um trabalho de melhor gestão dessas filas. Também poderá auxiliar, nesse sentido, o fortalecimento da Atenção Primária proposto acima, que também vai impactar o cuidado com as gestantes.

A quarta linha veio agregar uma nova proposta às já elaboradas. A seguir, são apresentadas as propostas revistas, com a inclusão dessa nova proposta.

### 2.8.3 Propostas revistas a partir das contribuições

#### 2.8.3.1 Diretrizes

- I. A democratização do acesso da população aos serviços de saúde;
- II. A melhoria da gestão, do acesso e da qualidade das ações, serviços e informações de saúde;
- III. O desenvolvimento de programas e ações de saúde tendo como base a territorialização, a priorização das populações de maior risco, a hierarquização dos serviços e o planejamento das ações de saúde;
- IV. A aplicação de abordagem associada ao entendimento do processo de saúde-doença e nas intervenções que visem à proteção, à promoção e à reparação da saúde;
- V. A redução dos principais agravos, danos e riscos à saúde, modificando o quadro epidemiológico;
- VI. A adequação da rede física de atendimento às necessidades da população;
- VII. A adequação dos recursos humanos para a realização dos serviços oferecidos;
- VIII. A efetividade do Plano, Fundo e Conselho Municipal de Saúde;
- IX. O apoio à realização de Conferência Municipal de Saúde;
- X. A elevação do padrão de qualidade e eficiência do atendimento em saúde prestado à população;

- XI. A efetivação do planejamento descentralizado, com foco nas necessidades de saúde da população local.

### 2.8.3.2 Ações propostas

- I. Expandir a cobertura da Estratégia de Saúde da Família, com a ampliação do número de equipes envolvidas;
- II. Incluir a população rural no atendimento pelas equipes de Estratégia de Saúde da Família;
- III. Melhorar a gestão da fila de espera para consultas especializadas;
- IV. Melhorar a gestão da vacinação, bem como monitorar a qualidade dos dados epidemiológicos e acompanhar periodicamente os resultados;
- V. Investir na formação e capacitação continuada de todos os profissionais da área de saúde e dos agentes comunitários;
- VI. Melhorar a estrutura física da Unidade de pronto Atendimento já existente;
- VII. Implantar um centro de reabilitação para deficientes físicos e desenvolver ações no sentido de ampliar, em geral, a acessibilidade no município;
- VIII. Capacitar a rede de saúde em relação à Política Nacional de Saúde Mental dentro da proposta Antimanicomial pautada na reinserção psicossocial;
- IX. Expandir o atendimento psicossocial, com a implantação de um CAPS AD, de uma unidade de acolhimento transitória e da hospitalidade noturna para os que se encontram em surto psicótico, comportamento suicidário e emergências relacionadas ao uso de substâncias psicoativas;
- X. Realizar reforma administrativa para regulamentar carga horária e salário dos servidores;
- XI. Fortalecer a vigilância à saúde para o conhecimento dos fatores determinantes e condicionantes de saúde, acompanhado de recomendação e adoção das medidas de prevenção e controle cabíveis;
- XII. Monitorar os processos baseados na utilização de sistemas informatizados;
- XIII. Fomentar a participação popular nas discussões e deliberações das políticas de saúde por meio de reuniões ordinárias do Conselho de Saúde e da realização de Conferências Municipais de Saúde.
- XIV. Desenvolver estudos para possibilidade de adoção de tratamentos que incentivam o uso de ervas medicinais na saúde preventiva.

## 2.9 Assistência social

### 2.9.1 Síntese das contribuições recebidas

Foram apresentadas as seguintes proposições:

1. Implantação do serviço de coleta seletiva com o objetivo de destinar o material recolhido para associações e cooperativas de catadores e trabalhadores com materiais recicláveis. Esta proposta apresenta desdobramento de ações:
  - a) Criação de associação e/ou cooperativa com os catadores de resíduos sólidos e orgânicos com fins à destinação sustentável do lixo e geração de renda.
  - b) Inclusão das pessoas em situação de reclusão nas atividades de coleta seletiva e organização de destinação do lixo de forma sustentável;
  - c) Desenvolvimento de atividades com adolescentes voltadas à reciclagem com fins à geração de trabalho e renda;
2. Assistência à população em situação de rua, incluindo abrigo;
3. Ampliação das ações de promoção social, sobrepondo às ações protetivas;
4. Controle social com acompanhamento efetivo dos recursos públicos repassados;
5. Reestruturação do restaurante popular vinculado ao PAA e PNAE;
6. Descentralização da equipe do Cadastro Único para os equipamentos públicos da política de assistência social do município.

Destaca-se que este conjunto de proposições revela o posicionamento alinhado das pessoas aos princípios da autonomia, que se faz através do trabalho e renda. E ainda, significa o exercício da cidadania em sua dimensão coletiva e sustentável. Outro ponto importante foi a visibilidade dada à população em situação de rua, nas perspectivas protetiva e de promoção no acesso a direitos, através das políticas públicas.

#### 2.9.2 Análise da pertinência das contribuições

Em se pensando nas proposições legais das políticas sociais que conferem a inclusão e promoção da população no que diz respeito aos direitos sociais, trabalho e renda são considerados os principais pilares que possibilitam esse exercício da cidadania, bem como gera crescimento econômico da cidade.

A política de assistência social se propõe a dar suporte aos segmentos sociais em situações de vulnerabilidades, através de serviços e benefícios que possibilitem a superação das condições que impedem a vida digna. Reconhecem-se também as dimensões estruturais

e conjunturais que se desdobram sobre as famílias e indivíduos, num processo histórico de alijamento de condições objetivos e subjetivas, que se desdobram em situações de violência e violação de direitos dos indivíduos e famílias.

Dentre as proposições apresentadas, reconhece-se a eloquência delas, principalmente pelo desejo de projetar a cidade de Passos como um município que continue sendo expoente regional em função da sua capacidade produtiva. No entanto, considerando-se o aparato legal que delimita as políticas públicas, algumas das proposições remetem a execução a outras secretarias. Porém, as ações não significam isenção da participação da política de assistência social, na perspectiva da intersetorialidade que otimiza processos e resultados das ações e, principalmente, por envolverem cidadãos que demandam acesso a bens e serviços em função da exposição a vulnerabilidades, como preceitua a referida política.

Desta forma, a primeira proposição sugerida pela consulta pública diz da implantação da coleta seletiva e o trato nos resíduos, com a participação do segmento de catadores e trabalhadores, relaciona-se diretamente com o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos, já elaborado pelo município.

Já a ação de desdobramento que diz da inclusão de pessoas em situação de reclusão exige o envolvimento da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, com o apoio da Secretaria de Assistência Social local no que se refere ao acesso a serviços beneficiários dos indivíduos e famílias envolvidas na ação.

A ação referente à inclusão de adolescentes em situação de vulnerabilidades na capacitação e geração de renda com reciclagem converge à proposta de preparação para o trabalho, devendo, no entanto, serem consideradas: o tipo de reciclagem, o potencial econômico dos produtos conforme vocação regional e aporte para a comercialização. Além disto, é importante que no planejamento das ações sejam observadas as leis trabalhistas vigentes e o Estatuto da Criança e Adolescente, no que se refere à idade, condições e exposição aos riscos do trabalho, bem como o interesse dos adolescentes para o tipo de atividade.

No que se refere à proposição 2, que diz da assistência à população em situação de rua, no trabalho de campo observou-se que se encontrava em andamento a instalação do



Comitê Integrado de População de Rua, que reúne a gestão pública municipal e entidades da rede socioassistencial com o propósito de definição de diretrizes a parcerias para a ampliação do atendimento a este segmento.

Na mesma vertente, a proposta 3, que diz da priorização de ações de promoção da política de assistência local em detrimento às de proteção, pode-se considerar que as proposições preliminares resultantes do diagnóstico evidenciam esta dimensão preventiva.

E a proposta 6 sobre a descentralização da equipe do Cadastro Único para os equipamentos públicos da política de assistência social do município também foi constatada em processo de execução por ocasião dos trabalhos de campo. Certamente trata-se de uma estratégia eficaz para a inclusão os indivíduos e família em situação de vulnerabilidades no acesso a bens e serviços através das políticas sociais. Conforme informações verbais dos técnicos da política de assistência social local, tal ação tinha sido iniciada em 2019, com previsão de atendimento descentralizado nos equipamentos públicos ao longo do ano.

Dessa forma, dentre as contribuições apresentadas pela população de Passos, acrescentar-se-ão as seguintes propostas às iniciais:

- Proposta 4: ampliação e atuação efetiva da população usuária no controle social. Trata-se de uma frente que materializa o princípio da democracia, bem como a possibilidade de efetivação de uma política que corresponda de fato aos interesses e necessidades da população. Para tal, sugere-se o cumprimento das orientações do SUAS no que se refere à capacitação dos conselheiros;
- Proposta 5: reestruturação do restaurante popular precisa ser vista pelos gestores municipais como uma política que proporciona o crescimento econômico do município em função de impulsionar a agricultura local, para além de atender a população de baixa renda face à diretriz da segurança alimentar, primeiro direito à vida. A oferta deste serviço beneficia o pequeno produtor rural e a agricultura familiar, gerando também aumento de circulação monetária e empregos.

E ainda, para o reestabelecimento do funcionamento do restaurante vinculado à participação dos agricultores familiares e empreendedores rurais familiares, orienta-se a articulação com o nível estadual, à luz do Decreto 46712 de 29/01/2015 que instituiu a política estadual de aquisição de alimentos da agricultura familiar - PAAFAMILIAR. Destaca-se

a preparação e orientação das organizações da sociedade civil a fim de atendimento às demandas cartoriais exigidas para inclusão nos PAA e PNAE, em nível federal, com especial atenção ao calendário de chamada pelo edital, restrito a um período de cada ano.

Por fim, considera-se que a atuação eficaz e eficiente no âmbito da promoção, com articulação junto ao território, participação da população e controle social contribuem para minimizar as situações propulsoras de violência ou violação de direitos.

### 2.9.3 Propostas revistas a partir das contribuições

- I. Adaptação dos acessos externos e internos dos equipamentos da assistência social conforme as normas técnicas de acessibilidade para pessoas com deficiência e pessoas idosas;
- II. Revisão da localização dos equipamentos públicos conforme concentração dos segmentos populacionais;
- III. Ampliação das parcerias com entidades executoras de serviços socioassistenciais em função da demanda reprimida e serviços ainda não executados;
- IV. Capacitações temáticas e manutenção de grupos de discussão acerca dos serviços, segmentos populacionais, gestão social, dentre outros assuntos;
- V. Inclusão da população da área rural nos serviços socioassistenciais, com atendimento in loco;
- VI. Instalação da rede socioassistencial a fim de ações preventivas e interventivas para minimização das vulnerabilidades e riscos sociais;
- VII. Campanha junto ao setor privado com apoio dos órgãos de representação para ampliação das instituições de acolhimento a jovens em cumprimento de medida, visando a inserção profissional;
- VIII. Parceria com setor privado a fim de inserção dos adolescentes para cursos de aprendizagem e primeiro emprego;
- IX. Parceria com instituições de ensino técnico e superior a fim de oferta de cursos de formação para jovens e adultos conforme a vocação econômica do município e região;
- X. Equipe especializada no atendimento a pessoas idosas e com deficiência em situações de risco social, com ações interventivas e preventivas;
- XI. Efetivação da participação dos usuários em nível de estudo e planejamento das atividades a fim de prover-lhes a condição e reconhecimento de sujeitos de direitos e atualização das situações de vulnerabilidade e riscos sociais nos territórios e famílias;
- XII. Reestruturação e reativação do restaurante popular;
- XIII. Fortalecimento do controle social, incluindo capacitação dos conselheiros.

## 2.10 Segurança pública

Este documento reúne as contribuições recolhidas para a área temática da Segurança Pública durante o período de consulta pública aos documentos de Revisão do Plano Diretor do Município de Passos/MG e as organiza em face das propostas técnicas constantes destes documentos, justificando a incorporação das demandas apresentadas pela população nas diretrizes a serem observadas pela municipalidade quando do planejamento das ações de segurança pública no bojo de seu Plano Diretor.

Todas as contribuições recebidas (um total de 11 apontamentos) foram agrupadas por afinidade de conteúdo em 3 blocos, para os quais foram feitas considerações específicas sobre seu diálogo com o conteúdo das propostas de ações já constantes do Plano Diretor, a pertinência, a viabilidade e o formato sugerido de sua incorporação na lógica do planejamento do instrumento.

De antemão, destaca-se que todas as contribuições já se encontram, em alguma medida, contempladas e/ou dialogam, em seu conteúdo geral, com as propostas de ações constantes do documento de Revisão do Plano Diretor do Município de Passos/MG para o Tema Segurança Pública. O presente documento, então, desenvolve de forma mais explícita como cada contribuição recebida encontra assento no Plano Diretor, enquanto instrumento que busca organizar as diretrizes gerais para as ações na área de políticas públicas de segurança pública em Passos.

### 2.10.1 Síntese das contribuições recebidas – Grupo 1

- “Praças da cidade de Passos virou ponto de uso de Drogas e moradia de mendigos e drogados em barracas e alguns até sexo fazem na praça onde já foi registrado em vídeo e quem tem comercio e moradia em volta das praças vivem reclamando destas pessoas que vivem abordando as pessoas que passam por elas para pedir dinheiro precisa fortalecer com guardas estes lugares antes tinha agora as praças estão abandonadas.”
- “Iluminação adequada nas ruas e maior patrulhamento.”
- “Deveria ter mais monitoramento e iluminação em locais onde o fluxo de pessoas é elevado ( av. Sabia , praças , etc).”

Neste grupo encontram-se contribuições que chamam a atenção, de um lado, para a importância da revitalização e das melhorias estruturais de espaços públicos como mecanismo de prevenção à criminalidade e, de outro, para a necessidade da atuação focalizada das forças de segurança pública presentes no município para coibir a criminalidade urbana nesses mesmos espaços. Ou seja, são contribuições que dizem diretamente dos efeitos sobre a sensação de segurança das comunidades e pessoas advindos dos usos e ocupações dos espaços públicos urbanos que, se não são cuidados pelas dimensões da municipalidade, podem dar lugar a ocorrência de ambientes de desordens, incivildades, violências e crimes em diversos níveis de gravidade.

#### 2.10.2 Análise da pertinência das contribuições

Estas contribuições são pertinentes e refletem diretamente como as pessoas e comunidades percebem seu entorno não só como espaços de mobilidade, comércio e lazer, mas como a organização desses espaços pode estar relacionada, de diversas formas, aos fenômenos de desordens e violências por elas vivenciados.

Neste sentido, estas contribuições dialogam e são diretamente abarcadas pelo eixo técnico-analítico "Criminalidade urbana e sensação de insegurança" constante do documento Revisão do Plano Diretor do Município de Passos/MG – Tema Segurança Pública.

Neste eixo, como ações sugeridas para o planejamento das políticas de segurança pública ao alcance do município, encontram-se justamente "diagnósticos, sistematização e priorização de demandas de design urbano e intervenções nos espaços públicos, regulação urbana e atuação das políticas públicas que possam interferir, prevenindo ou mitigando, questões que afetem a sensação de insegurança e/ou efetivamente se apresentem como problemas de criminalidade ligados à organização do tecido urbano (exemplos: iluminação e mobilidade, regulação dos serviços de transporte alternativo em moto taxi, dentre outros)." (Texto do documento Revisão do Plano Diretor do Município de Passos/MG – Tema Segurança Pública).

#### 2.10.3 Propostas revistas a partir das contribuições

Considerando que o objetivo do documento Revisão do Plano Diretor do Município de Passos/MG – Tema Segurança Pública é organizar um referencial de prioridades para o planejamento das políticas públicas de segurança pública ao alcance de execução e/ou articulação do município, não há necessidade de revisão das propostas inseridas nele a partir das contribuições efetuadas. O Plano, como diretriz geral de longo prazo para o planejamento municipal, deve trazer grandes eixos de atuação a serem incorporados, com planejamentos de políticas públicas mais detalhado, nos sucessivos ciclos de governo e, nesse sentido, a inserção do eixo técnico-analítico “Criminalidade urbana e sensação de segurança” com a respectiva proposta de diagnósticos e desenho de ações específicas atende ao objetivo final das contribuições, que é inserir na pauta pública esta preocupação de forma sistemática e organizada.

#### 2.10.4 Síntese das contribuições recebidas – Grupo 2

- “Potencializar as patrulhas e bases comunitárias nos bairros, fomentando o combate a violência contra a mulher.”

Esta contribuição argumenta pela relevância do desenho de ações específicas para o enfrentamento da violência contra a mulher, como pauta que requer abordagens focalizadas pelas forças públicas que atuam no município quanto à segurança pública.

#### 2.10.5 Análise da pertinência das contribuições

Esta contribuição é pertinente e reflete a crescente preocupação social com o desenho de políticas públicas de proteção e enfrentamento a violência contra públicos vulneráveis específicos (aqui, no caso, a pauta de violência contra a mulher, mas pode-se estender esse raciocínio para outros grupos, como infância e adolescência, idosos, etc.), partindo da compreensão de que suas situações de vulnerabilidade possuem contornos próprios, que exigem abordagens também próprias e especializadas.

Neste sentido, estas contribuições dialogam e são diretamente abarcadas pelo eixo técnico-analítico “Violências contra públicos específicos” constante do documento Revisão do Plano Diretor do Município de Passos/MG – Tema Segurança Pública.

Neste eixo, como ações sugeridas para o planejamento das políticas de

segurança pública ao alcance do município, encontram-se justamente o “compartilhamento de diagnósticos entre as políticas sociais e de segurança pública e desenho de ações coordenadas específicas para temáticas identificadas como prioritárias (por exemplo, violência doméstica e intrafamiliar, proteção a infância e adolescência, idosos, dentre outros).” (Texto do documento Revisão do Plano Diretor do Município de Passos/MG – Tema Segurança Pública).

#### 2.10.6 Propostas revistas a partir das contribuições

Considerando que o objetivo do documento Revisão do Plano Diretor do Município de Passos/MG – Tema Segurança Pública é organizar um referencial de prioridades para o planejamento das políticas públicas de segurança pública ao alcance de execução e/ou articulação do município, não há necessidade de revisão das propostas inseridas nele a partir da contribuição efetuada. O Plano, como diretriz geral de longo prazo para o planejamento municipal, deve trazer grandes eixos de atuação a serem incorporados, com planejamentos de políticas públicas mais detalhado, nos sucessivos ciclos de governo e, nesse sentido, a inserção do eixo técnico-analítico “Violências contra públicos específicos” com a respectiva proposta de diagnósticos e desenho de ações específicas atende ao objetivo final das contribuições, que é inserir na pauta pública esta preocupação de forma sistemática e organizada. Não nos cabe, nesse momento, propor intervenções diretas ou ações práticas a serem executadas pelas forças de segurança pública presentes em Passos, dado que esta etapa faz parte do diagnóstico e do planejamento das políticas públicas que deve ser feito pelos atores locais de forma mais adensada e que excede os objetivos do trabalho de Revisão do Plano Diretor, mas, nele, o propósito é cumprido com a inserção da temática na pauta de prioridades a serem trabalhadas pelo município.

#### 2.10.7 Síntese das contribuições recebidas – Grupo 3

- “Precisamos, de fato, de uma administração comprometida em fomentar uma política de incentivo fiscal para atrair indústrias, através de sua Secretaria de indústria e Comércio, para nossa cidade, o que gera emprego e renda, qualifica a massa trabalhadora com cursos técnicos capacitantes, aumenta a renda per capita da população e diminui índices

de criminalidade de uma parcela da população ociosa por falta de oportunidades....”

- “Temos a patrulha Rural PMMG e Portaria com cancela e guarda.”
- “Determinar orçamento específico para esta área na lei orçamentária anual. Buscar recursos em secretaria estadual e ministério federal para expansão do projeto olho vivo em todos os espaços públicos da cidade. Buscar investimento estadual em inteligência na polícia civil e militar, com foco em resolução e prevenção de crimes. Utilização da academia da polícia militar para aumentar número de militares atuantes in loco em toda a cidade. Desenvolvimento de aplicativo de dados de crimes e segurança por região ou rua da cidade, para facilitar a tomada de decisões.”
- “Criação da guarda municipal.”
- “Implantação de uma guarda municipal.”
- “Implantação urgente da guarda municipal.”
- “Polícia na rua.”

Neste grupo encontram-se contribuições que propõem soluções diretas em termos de ações, intervenções e políticas públicas para a área da segurança pública. Como fruto da consulta pública no processo de construção da revisão do Plano Diretor do município, estas contribuições tocam aspectos percebidos pela comunidade como possíveis alternativas para a prevenção e para o enfrentamento das demandas que afetam diretamente sua sensação de segurança. São iniciativas que chamam a atenção, em última instância, para a necessidade de articulação entre as políticas públicas que são desenvolvidas sob responsabilidade do município (por exemplo, a contribuição que chama a atenção para a relação da geração de emprego e renda como auxílio na prevenção da criminalidade) ou sob sua capacidade de articulação com outros entes (por exemplo, as contribuições que sugerem captação de recursos e investimentos externos para as forças de segurança pública, seu efetivo e seus projetos específicos) como respostas para os problemas de segurança pública. Da mesma forma, são contribuições que enxergam em ações específicas que, a priori, podem ser implementadas pelo município para tratar de seus problemas de segurança pública (por exemplo, a recorrente menção à criação de uma guarda municipal). Todas essas contribuições, em resumo, trazem os olhares das comunidades sobre suas próprias

demandas de segurança pública e como elas enxergam que podem ser encaminhadas pelo poder público, o que é um insumo valioso e indispensável para a construção de políticas públicas mais participativas, orientadas e, por isso, efetivas.

#### 2.10.8 Análise da pertinência das contribuições

Todas as contribuições aglutinadas neste grupo dizem, em última instância, das percepções das comunidades sobre seus próprios problemas de segurança pública e de alternativas enxergadas por elas como viáveis para o enfrentamento de suas questões. Nesse sentido, são pertinentes e necessárias.

Em termos de conteúdo específico de cada contribuição, ainda que todas tragam promissoras experiências cujo mérito é reconhecido, não cabe ao instrumento da Revisão do Plano Diretor do Município de Passos/MG propor ações que digam respeito ao desenho específicos das políticas de segurança pública municipal, tarefa que demandaria diagnósticos prévios mais robustos e desenhos que extrapolam o escopo pretendido. Cabe, aqui, apontar as grandes pautas que apareceram como prioridades no processo de construção participativa da Revisão do Plano Diretor e apontar estratégias institucionais que o ente municipal pode implementar para fazer face às questões que se destacaram, sem perder de vista que o horizonte de planejamento de longo prazo do instrumento do Plano Diretor.

Nesse sentido, as contribuições aglutinadas no Grupo 3 estão sendo tratadas, aqui, como indicativos de estratégias viáveis à municipalidade no que diz respeito ao tratamento de seus problemas de segurança pública e, nesse sentido, como valorosos insumos práticos a partir dos quais começar os diagnósticos e planejamentos da área. Por exemplo, a recorrência das contribuições acerca da necessidade de implantação de uma guarda municipal em Passos (3 do total das 11 contribuições, ou aproximadamente 27% delas), aponta para o ente municipal que esta demanda tem encontrado eco nas comunidades e que é necessário compreender as causas pelas quais a atuação de uma guarda municipal tem sido demandada para que se avalie a viabilidade de sua criação ou a adoção de uma alternativa. Um dos grandes ganhos da discussão das questões de segurança pública na esfera de atuação do município é justamente a possibilidade de melhor compreensão das dinâmicas locais que permeiam os fenômenos de violência e criminalidade



e, nesse sentido, a percepção das comunidades sobre problemas e respostas e a proximidade das instâncias públicas de intervenção é um diferencial a ser incorporado e priorizado.

Tendo em vista todas estas considerações, as contribuições do Grupo 3 podem ser direcionadas a partir das ações sugeridas em dois eixos técnico-analíticos constantes do documento Revisão do Plano Diretor do Município de Passos/MG – Tema Segurança Pública, quais sejam: "Participação da sociedade civil e do empresariado local" e "Compartilhamento de Informações e objetivos entre a municipalidade e as organizações de segurança pública e justiça". No primeiro eixo, são propostas ações que buscam organizar o diálogo das forças de segurança pública presentes no município e do próprio ente municipal com a sociedade civil organizada, de forma que as políticas públicas da área sejam construídas de forma participativa, reflexiva e que deste diálogo sejam conseguidos resultados mais efetivos nas mais diversas iniciativas desenhadas, seja de policiamento ostensivo, prevenção à criminalidade, adoção de ferramentas de tecnologia de informação e comunicação, investimento em estrutura das instituições, etc. No segundo eixo, são propostas ações que, assim como muitas das contribuições do Grupo 3, reconhecem a importância do alinhamento entre as forças de segurança pública presentes no município, o ente municipal e entes externos na consecução de melhores resultados.

#### 2.10.9 Propostas revistas a partir das contribuições

Considerando que o objetivo do documento Revisão do Plano Diretor do Município de Passos/MG – Tema Segurança Pública é organizar um referencial de prioridades para o planejamento das políticas públicas de segurança pública ao alcance de execução e/ou articulação do município, não há necessidade de revisão das propostas inseridas nele a partir das contribuições efetuadas. O Plano, como diretriz geral de longo prazo para o planejamento municipal, deve trazer grandes eixos de atuação a serem incorporados, com planejamentos de políticas públicas mais detalhado, nos sucessivos ciclos de governo e, nesse sentido, a inserção dos eixos técnico-analíticos "Participação da sociedade civil e do empresariado local" e "Compartilhamento de Informações e objetivos entre a municipalidade e as organizações de segurança pública e justiça" atende ao que nesse momento se pode extrair das contribuições, que é o potencial de diálogo entre as instituições públicas e destas

com a sociedade para o desenho de políticas públicas mais participativas e efetivas. Não nos cabe, nesse momento, propor intervenções diretas ou ações práticas a serem executadas pelas forças de segurança pública presentes em Passos, dado que esta etapa faz parte do diagnóstico e do planejamento das políticas públicas que deve ser feito pelos atores locais de forma mais adensada e que excede os objetivos do trabalho de Revisão do Plano Diretor, mas, nele, o propósito é cumprido com a inserção da necessidade de reforço desses canais de diálogo interinstitucional e institucional-comunitário nas pautas da segurança pública.

### 3 RESULTADOS FINAIS

Os resultados da consulta pública somados às conclusões do webinar, representam as manifestações da população com relação ao processo de revisão do Plano Diretor de Passos, assegurando a transparência e a participação popular exigidas legalmente.

Em decorrência desse processo, todas as propostas ajustadas a partir das contribuições da consulta pública foram validadas e, no webinar, foram sugeridos e analisados os seguintes pontos:

#### Quanto ao Zoneamento Urbano:

- Verificar o zoneamento de trecho da Av. dos Expedicionários, após a Av. JK:  
Foram analisados os eixos comerciais e decidido manter a av. Expedicionários como Zona Mista, permitindo comércio local. Nesse trecho, a via não tem realmente um uso comercial intenso e, além disso, já houve expansão da Zona Comercial nessa região, que está também muito próxima da Zona Central. Serão incluídas recomendações para monitoramento de alguns eixos com potencial para se transformarem em Zonas Comerciais, articulados ao Plano de Mobilidade.
- Verificar necessidade de zona específica no entorno dos equipamentos de educação superior:  
Esses equipamentos encontram-se dispersos na cidade. Com exceção de uma unidade da UEMG na Zona Central, que permite adensamento maior, todas as outras estão em Zonas Mistadas, que já possuem controle de adensamento. Dessa forma, não será necessário alterar o zoneamento proposto. O Plano de Mobilidade deverá considerar a presença dos equipamentos de saúde e de educação de atendimento regional para propor medidas de controle da acessibilidade.

#### Quanto ao meio ambiente

- Na proposta 5 do eixo Saneamento Ambiental, foi acrescentado o parágrafo:  
Essa implementação deverá estar associada a um Plano de Mobilização Comunitária, tendo em vista a importância da participação da população e a sua adesão ao processo de separação dos materiais a partir das suas residências, incluindo educação ambiental formal e informal e atividades lúdicas e artísticas, buscando estabelecer vínculos afetivos entre a população e os catadores e trabalhadores de reciclagem, tendo como objetivo final a sua inclusão social.

#### Quanto à saúde

- Na ação proposta de número 14, foi dada uma nova redação:  
Desenvolver estudos para possibilidades de adoção de tratamentos que utilizam ervas medicinais na saúde preventiva, de acordo com as diretrizes da Política e Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos instituídos pelo Ministério da Saúde em 2016, dentre elas, o reconhecimento de práticas populares de uso de plantas medicinais e remédios caseiros.

#### Quanto à assistência

- Na ação proposta de número 12, foi dada uma nova redação:  
Reestruturação e reativação do restaurante popular, em alinhamento ao Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, buscando promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população à alimentação adequada e saudável.

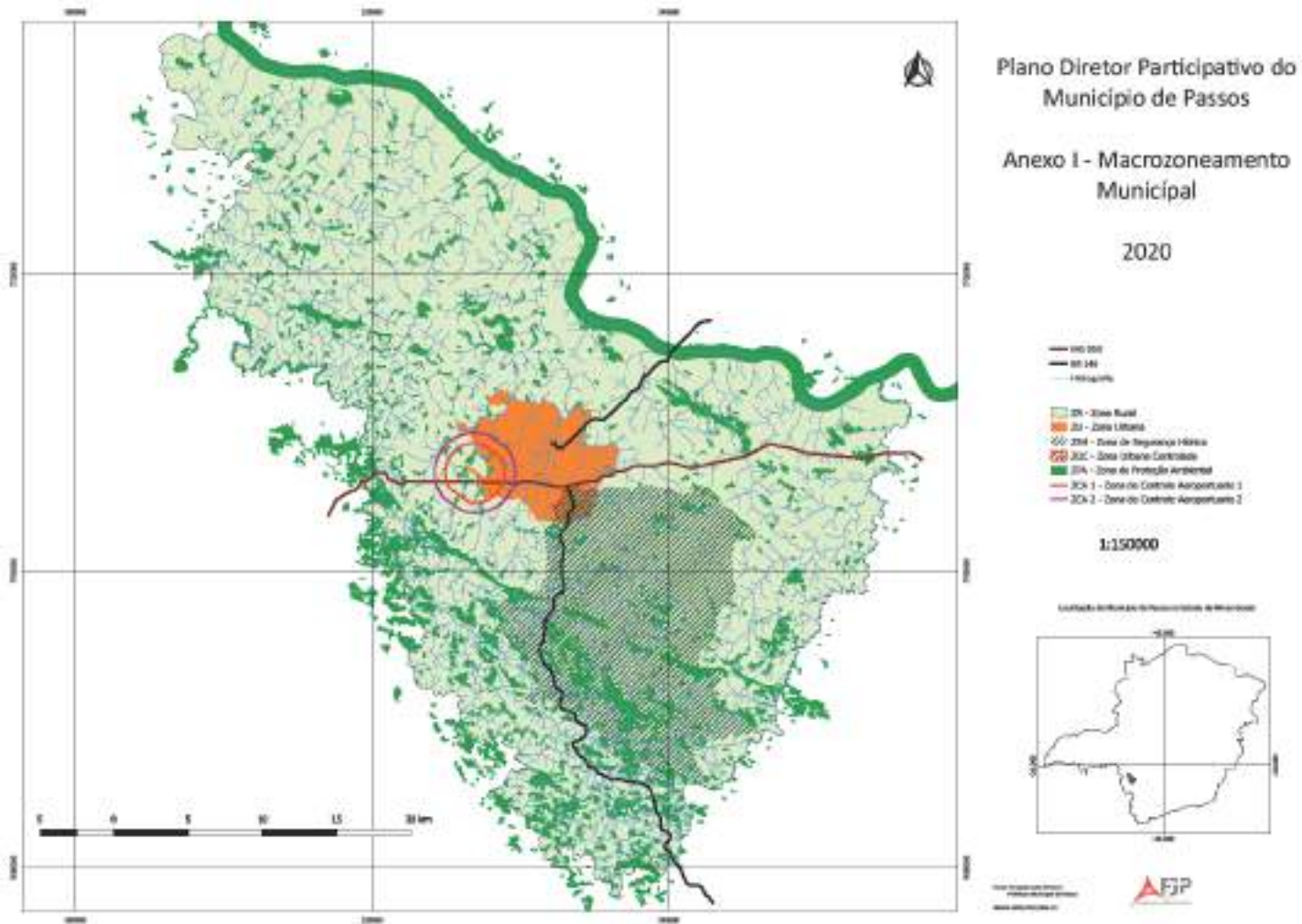
Concluindo, esses resultados significaram o afinamento das propostas na sua revisão, atribuindo a este Plano Diretor o caráter e a especificidade necessários à sua natureza – um instrumento de gestão do desenvolvimento sustentável do município construído coletivamente, respeitando o interesse público.

Os resultados finais consolidados irão compor o texto do Anteprojeto de Lei do Plano Diretor, a ser apresentado em Audiência Pública e entregue ao Executivo para os procedimentos de encaminhamento do mesmo à Câmara Municipal, responsável pelos

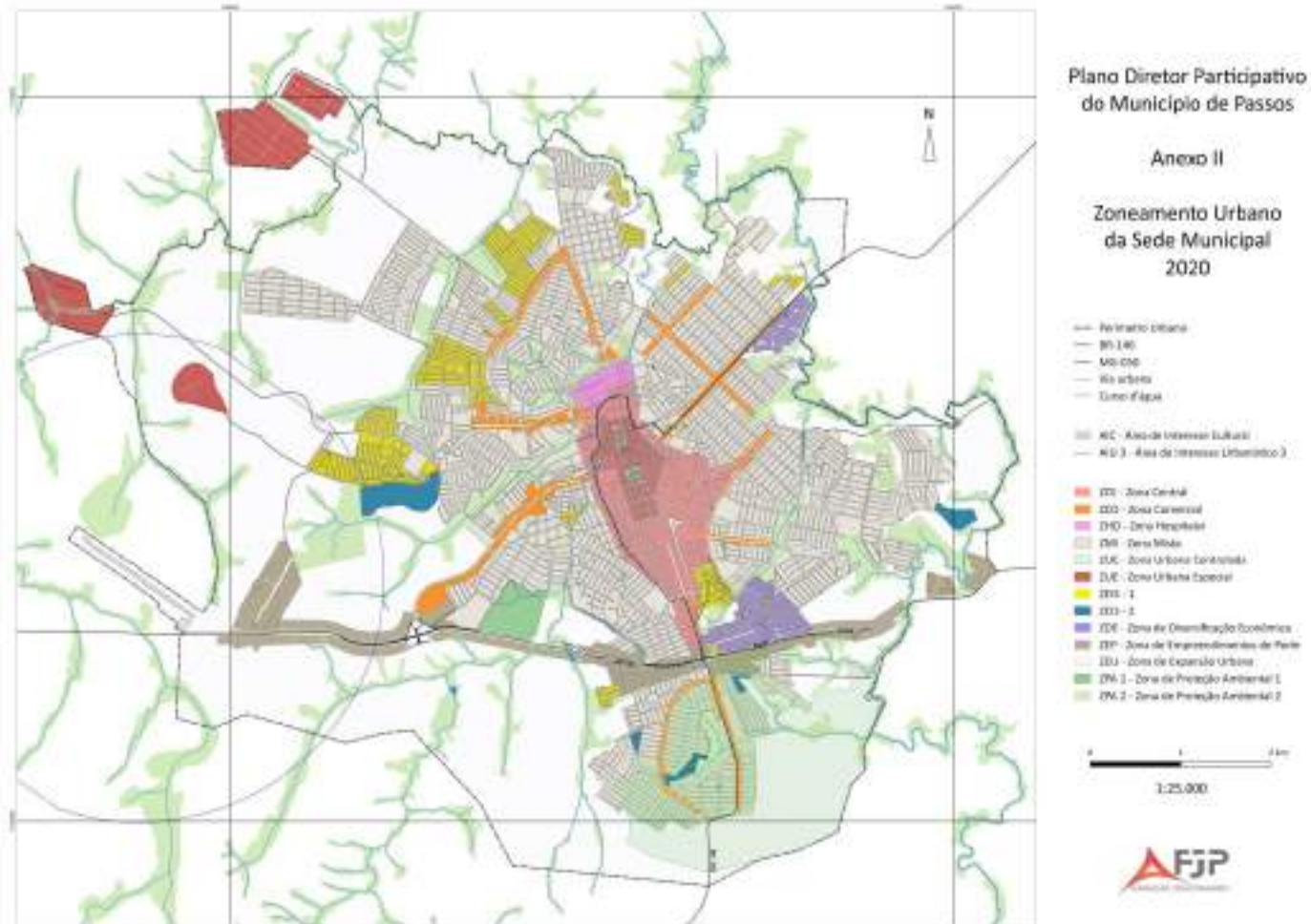
trâmites da sua aprovação.

A seguir, apresentam-se os mapas do Macrozoneamento Municipal, inalterado e o mapa do Zoneamento Urbano, alterado a partir do processo participativo aqui descrito.

### Mapa do Macrozoneamento Municipal



## Mapa do Zoneamento Urbano



## 4 APÊNDICES

### 4.1.1 Apêndice 1 – Contribuições recebidas na consulta pública

#### Economia

Precisamos, DE FATO, de uma administração comprometida em fomentar uma política de incentivo fiscal para atrair indústrias, através de sua Secretaria de indústria e Comércio, para nossa cidade, o que gera emprego e renda, qualifica a massa trabalhadora com cursos técnicos capacitantes, aumenta a renda per capita da população e diminui índices de criminalidade de uma parcela da população ociosa por falta de oportunidades....
Melhorar a infraestrutura, tornando a cidade mais atrativa para investimentos, visto que Passos é uma das cidades que estão na rota SP/BH.
Desburocratizar a atividade econômica dos empresários
Focar em diversificação econômica, com agroindústria, indústria médica e de saúde, entre outros. Buscar área alfandegária para importação e exportação diretamente na cidade. Buscar parceria para cursos técnicos para capacitação de mão-de-obra da cidade, junto à FIEMG, EMATER, entre outros. Retirar proposta de taxas de iluminação e de coleta de lixo e incluir imposto progressivo em terrenos em área urbana com mais de 10 anos de inauguração do bairro. Aprimorar software de impostos e encargos e notas fiscais da prefeitura. Aprimorar software para boletim médico e educacional por CPF na cidade para repasses de remédios, complementos alimentares, apostilas, livros e outros.
Implantação de uma da linha ferroviária, para escoamento da produção local
Trazer para a cidade empresas para aumentar a oferta de emprego. A população empregada ajuda a economia girar.
Abrir espaços fora da cidade onde grandes empresas possam instalar.
Incentivar indústrias a virem pra cá
Fomentar a implantação de feiras agroecológicas, economia solidária, trocas e escambos como bazar de usados.
Pesca
<ol style="list-style-type: none"> <li>1.Criar uma incubadora de empresas</li> <li>2. Todas as empresas que contratarem um estagiário que tenham um abatimento no imposto</li> <li>3.Trazer um SENAI para auxiliar na profissionalização dos adolescentes</li> </ol>

## Turismo

<p>Sugiro fomentar a criação de um Centro Comercial fixo no antigo Mercado Municipal de apoio ao turista e ao artesanato local, gerando renda para a cidade e gerando mais empregos, além de implantação de lixeiras metálicas chumbadas de esquina em esquina nas principais vias comerciais da cidade e região Central, para que tenhamos a cidade mais limpa e atrativa para o turista, além de educar a população ao descarte correto do lixo e evitar enchentes na cidade, principalmente na região da Avenida da Moda na época das chuvas!!!!</p>
<p>Estabelecer juntamente com a sociedade e empresários do ramo, a Política Municipal de Turismo, caso não houver.</p>
<p>Tendo trazer para a região uma conscientização sobre Educação Ambiental e Social Para que os visitantes de Passos e sua região não vejam e comentem do jeito que estão comentando sobre uma cidade totalmente descuidada no seu meio ambiente público e vista com uma limpeza pública tão atrasada em relação as cidades da região</p>
<p>Promover nossas riquezas turísticas</p>
<p>Acesso para esportes náuticos Rio Grande</p>
<p>Sugere-se terceirizar ou conceder a agência de turismo para iniciativa privada a fim de melhor fomento de todas as atrações da cidade. Desenvolver calendário semanal com principais eventos da cidade para atração de público externo. Focar nas rotas históricas em conjunto com Patrimônio Histórico. Sinalizar a cidade com principais pontos turísticos e rotas, por meio de placas no trânsito e por meio de aplicativos tipo google maps, waze e outros. Forte vínculo com cultura.</p>
<p>Criação de um stand de turismo informando locais mais procurados para visitaçao, como cachoeiras, pousadas, áreas de recreação, etc.</p>
<p>Implantação de quiosques fixos (estilo chalé) de alimentação na praça do Rosário ou da Matriz</p>
<p>Serra da canastra</p>
<p>Cursos de Capacitação sobre os pontos turísticos da cidade e região.</p>
<p>Sinalização turística; ponto de apoio ao turista.</p>
<p>Educar o povo a tratar bem o turista, dar informações certas.</p>
<p>Potencializar o Patrimônio histórico com projetos de revitalização e visitaçao envolvendo formação de guias mirins juntamente com as Escolas locais.</p>
<p>Abertura das lojas da avenida da moda aos domingos atraindo turismo de compras</p>
<p>1. Não permitir o turismo predatório 2. Prefeitura deveria criar um espaço para acolhimento de turistas e capacitação de guias no que diz respeito à educação ambiental</p>



## Cultura

<p>Passos MG está precisando no momento mudar a cultura de seus habitantes em relação ao mundo atual aqui está com uma cultura social e ambiental atrasada onde tem descarte de resíduos sólidos, entulhos de construção e moveis e eletrodomésticos em toda área da cidade não tendo um controle isto para mim e falta de por uma cultura nova na gestão e administração da cidade e mudar a cultura de seus habitantes tendo mais respeito ao próximo e aos seus descendentes.</p>
<p>Local onde fora o primeiro Porto entre a cidades de Passos e Soa João Batista do gloria, MG</p>
<p>Vincular ao turismo para geração de emprego e renda nesta área. Desenvolver em conjunto com aplicativos virtuais, rotas turísticas e demonstrações do patrimônio histórico. Promover junto a escolas municipais visitas a espaços de patrimônio histórico. Eliminar modelo de mecenas e fortalecer modelo de concessão de espaço com usufruto por tempo limitado, perante contrapartidas de melhoria do espaço e do patrimônio.</p>
<p>Apresentação de peças de teatro ao ar livre nas praças da cidade.</p>
<p>Fomentar atividades culturais, como teatro, apoiar os grupos existentes na cidade. E maior divulgação das atividades culturais existentes no município. Inserir o teatro nas escolas por exemplo, é uma maneira de trazer a arte e Cultura na vivência da população desde cedo.</p>
<p>Música ao vivo</p>
<p>Restauração e tombamento de velhos casarões da cidade, de forma que preservarmos a memória da cidade.</p>
<p>Incentivar o artista local. Promover festivais de música.</p>
<p>Fomentar a cultura, as congadas, povos e comunidades tradicionais, mapeando e garantindo seus territórios de sustentabilidade.</p>
<p>A prefeitura deve disponibilizar uma alíquota dos impostos para a manutenção da cultura como atividades relacionadas ao teatro, exposição de artistas, festivais de artesanato, musica, etc. o que permitirá a revelação de artistas dando visibilidade ao município</p>

## Esporte e Lazer

Muitos pontos de esporte e lazer públicos da cidade estão abandonados sem cuidados e manutenção onde vira ponto de mendigos dormirem e descarte de entulho tem até arquivos sobre isto principalmente pontos como quadras esportivas em praças públicas e parques da cidade!
Aquático/caminhadas/ciclismo
Retirar proposta de fundo específico para esporte e fortificar participação na lei orçamentária anual para esta área. Promover as competições inter-escolares e em olimpíadas universitárias. Buscar parcerias com confederações esportivas para esportes mais fortes da cidade, como handball, natação, ou atração para novos esportes como hugbe e outros. Utilizar de áreas marginais a córregos na cidade para criação de circuitos de caminhada ou pedalada ou áreas de lazer infantil, fomentando a concessão de quiosques para gerar renda para a própria área.
Revitalização do parque Emílio Piantino. Criação de atividades esportivas nas praças afim de incentivar a prática esportiva.
Falta futebol de campo
Revitalização e Reforma das quadras, clubes. A maioria relacionado a esporte e lazer na cidade está na iniciativa privada e longe da população.
Recuperar o estádio municipal e promover eventos esportivos de nível estadual e até nacional.
Futebol profissional
Retornar o projeto de esporte e lazer para crianças e adolescentes em período complementar à escola
Implantar programas de vida saudável com caminhadas em espaços ecológicos, implantando corredores e rotas ambientais.
Não permitir a redução de praças.
Não permitir a redução de praças.
Criar equipe de esportes como basketball, vôlei, atletismo etc. utilizando as quadras já existentes e subutilizados dando estágio para os alunos de educação física das faculdade da região que seriam responsáveis pelo treinamento para competições regionais

## Educação

<p>Meu ponto de visão na educação leva totalmente para a educação da população em geral em fortalecer a educação ambiental da cidade onde eu já falei em reunião no gabinete do prefeito que já se passou da hora de começar a educação ambiental da população na cidade onde estava reunido secretários do meio ambiente de obras promotor de justiça catadores de resíduos secretário de planejamento mais a secretária de educação nem a social estava que é onde se reuniu para falar de começar a dar força para a implantação da coleta seletiva na cidade e o ponto principal para isto acontecer é através da educação da população etc.</p>
<p>Fortificar ensino médio-técnico, em parceria com secretaria estadual e com ministério da educação, focando nas áreas de carência de mão-de-obra da cidade. Trazer fundações e centros educacionais públicos e privados para a cidade, como FIEMG, SENAI, Bradesco ou Santander educacional, entre outros, aumentando a oferta de ensino em tempo integral. Direcionar escolas para competições regionais, estaduais e nacionais de conhecimento, tipo robótica, soletração, conhecimentos gerais, entre outros. Fortificar vínculo extensionista das universidades e faculdades para com as escolas municipais e estaduais. Fortificar e fomentar novos eventos com escolas, como a feira de empreendedorismo, feira de profissões, semanas de saúde, da água, entre outros.</p>
<p>Ensino em tempo integral para 100% das escolas.</p>
<p>Melhorar transporte das crianças.</p>
<p>Divulgar que o professor ensina, quem educa São os pais.</p>
<p>Valorização do professor e investimento a uma educação de qualidade a todos</p>
<p>Envolver a comunidade escolar em projetos de temáticas transversais em acordo de cooperação técnica e parcerias com as universidades e poder público.</p>
<p>*promover, em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente, a ed. ambiental em todos os níveis, etapas e modalidades da ed. municipal;          *promover parcerias com o Instituto Federal e UEMG p/ o desenvolvimento, acesso e uso pelas escolas municipais às tecnologias digitais de informação e comunicação para garantir uma integração técnico-pedagógica desses recursos tecnológicos aos conteúdos curriculares;          *assegurar, por meio de política intersetorial, parcerias com a Universidade Athenas e UEMG o acesso e o atendimento na Ed. Inclusiva e Ed. Básica na modalidade Ed. Especial e a oferta do Atendimento Educacional Especializado - AEE - aos estudantes com deficiência, altas habilidades, etc, preferencialmente na rede regular de ensino;          Por fim, salientar que já foi aprovada a Lei n 3.316 de 15/01/18 que instituiu a eleição de diretores municipais, a fim de garantir uma gestão democrática e transparente, conforme sugestão apontada.</p>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. A prefeitura poderia garantir aportes de bolsas para alunos das diversas áreas para auxiliar na educação básica, estreitando laços com as universidades como UEMG e IFSUL a partir de projetos que contemplem a melhoria do ensino</li> <li>2. A secretarias de educação devem ser eleitas pelos seus pares e não ser de indicação do prefeito</li> <li>1.Criar uma incubadora de empresas</li> <li>2. Todas as empresas que contratarem um estagiário que tenham um abatimento no imposto</li> <li>3.Trazer um SENAI para auxiliar na profissionalização dos adolescentes</li> <li>1-Criar equipe de esportes como basketball, vôlei, atletismo etc. utilizando as quadras já existentes e subutilizados dando estágio para os alunos de educação física das faculdade da região que seriam responsáveis pelo treinamento para competições regionais</li> </ol>

## Saúde

<p>Trata-se de uma questão de Saúde Pública o tema de Queimadas frequentes em nossa cidade!!!! Na época do Inverno, com a intensificação de Queimadas, é público e notório a superlotação de postos de saúde e plantões hospitalares com alta demanda de problemas respiratórios, principalmente entre crianças e idosos, que são quem mais sofre com a situação.....Minha sugestão seria criar uma lei obrigando os proprietários de terrenos a fazerem regularmente a limpeza de suas propriedades, sob pena de multa, ou ainda, quem não manter os terrenos limpos, a Prefeitura executa o serviço e acrescenta o valor no carnê do IPTU ou fica inscrito na Dívida Ativa do Município! Deveria-se ainda obrigar os proprietários de lotes a realizarem o calçamento da via e o muro pra evitar acúmulo de entulhos e lixo jogados por terceiros, sob pena de autuação semelhante a questão da limpeza dos lotes!!!(Deixando claro minha opinião que antes da multa, a pessoa receberia uma notificação com prazo)</p>
<p>Desenvolvimento de software de gestão pessoal da saúde individual, por CPF, garantindo o histórico dos pacientes em qualquer hospital ou PSF da cidade, incluso suplementação alimentar, remédios da farmácia municipal e vacinas. Criar rodízio de médicos especialistas por dia da semana nos ambulatórios ou PSF dos bairros. Abrir três turnos de 6 horas de segunda a sábado nos locais de exames públicos, como raio-x, ou mesmo no centro odontológico. Questão sanitária da cidade e controle de zoonoses deve ser melhorada, com georreferenciamento e mapa de toda a rede de água e esgoto, além de fortificação de coleta seletiva.</p>
<p>Criação de outro pronto socorro no antigo hospital Otto Krakauer visando atender bairros nas suas adjacências, desafogando o atual na saída para o porto de Passos.</p>
<p>Agilidade nos processos de consultas e cirurgias.... A UPA não tem estrutura sozinha para atender toda demanda da população. Além de que os funcionários (Não todos)... te tratam com desdém ou indiferença.</p>
<p>Abrir mais uma UPA na cidade</p>
<p>Sus, sua continuidade é muito importante, principalmente aos que ficam à margem da sociedade. Investimento e controle das ações na rede primária. Não exigir só papel, mas fiscalizar ações, pois muitas ações só ficam no papel e precisam ser colocadas em prática, já que a verba vem pra isto. Muitas reclamações a este respeito. Fica a desejar a parte prática.</p>
<p>Implantar e ou potencializar o programa que incentiva o uso de ervas medicinais na saúde preventiva já autorizado pelo SUS, em parceria com as universidades locais.</p>
<p>Priorizar atendimento especializado ginecológico para mulheres, como tratamento para endometriose e planejamento familiar, inclusive com laqueadura, com espaço específico "Casa Rosa"</p>

## Assistência Social

A assistência social de Passos tem que ver a condição de vida dos vários catadores de resíduos que vivem na cidade e vivem dos resíduos sólidos para se alimentar e viver, tendo uma coleta seletiva com inclusão social a cidade será vista com outra cara em termo de assistência social porque poderá fazer dos resíduos sólidos e até dos orgânicos uma fonte renda transformando o que é um custo para a cidade em fonte de renda e de trabalho podendo incluir até presidiários em trabalhos que transformam os resíduos e adolescentes nos que se reutilizam deles em trabalhos artesanais
Dar assistência aos moradores de rua
Efetivação das ações. Fiscalização e repasse das verbas nesta área, preventiva de vários problemas sociais. Mais programas preventivos que curativos.
Reestruturar o restaurante popular vinculando ao PAA E PNAE
Priorizar a alta complexidade com abrigo para pessoas em situação de rua; Descentralizar o atendimento de atualização do cadastro único passando a ser nos próprios serviços como CRAS, CREAS e Centro Pop;

## Segurança Pública

Precisamos, DE FATO, de uma administração comprometida em fomentar uma política de incentivo fiscal para atrair indústrias, através de sua Secretaria de indústria e Comércio, para nossa cidade, o que gera emprego e renda, qualifica a massa trabalhadora com cursos técnicos capacitantes, aumenta a renda per capita da população e diminui índices de criminalidade de uma parcela da população ociosa por falta de oportunidades....
Praças da cidade de Passos virou ponto de uso de Drogas e moradia de mendigos e drogados em barracas e alguns até sexo fazem na praça onde já foi registrado em vídeo e quem tem comercio e moradia em volta das praças vivem reclamando destas pessoas que vivem abordando as pessoas que passam por elas para pedir dinheiro precisa fortalecer com guardas estes lugares antes tinha agora as praças estão abandonadas.
Temos a patrulha Rural PMMG e Portaria com cancela e guarda.
Determinar orçamento específico para esta área na lei orçamentária anual. Buscar recursos em secretaria estadual e ministério federal para expansão do projeto olho vivo em todos os espaços públicos da cidade. Buscar investimento estadual em inteligência na polícia civil e militar, com foco em resolução e prevenção de crimes. Utilização da academia da polícia militar para aumentar número de militares atuantes in loco em toda a cidade. Desenvolvimento de aplicativo de dados de crimes e segurança por região ou rua da cidade, para facilitar a tomada de decisões.
Criação da guarda municipal.
Implantação de uma guarda municipal
Implantação urgente da guarda municipal
Polícia na rua
Iluminação adequada nas ruas e maior patrulhamento.
Potencializar as patrulhas e bases comunitárias nos bairros, fomentando o combate a violência contra a mulher .
Deveria ter mais monitoramento e iluminação em locais onde o fluxo de pessoas é elevado ( av. Sabia , praças , etc)

## Meio Ambiente

<p>Sugiro fomentar a criação de um Centro Comercial fixo no antigo Mercado Municipal de apoio ao turista e ao artesanato local, gerando renda para a cidade e gerando mais empregos, além de implantação de lixeiras metálicas chumbadas de esquina em esquina nas principais vias comerciais da cidade e região Central, para que tenhamos a cidade mais limpa e atrativa para o turista, além de educar a população ao descarte correto do lixo e evitar enchentes na cidade, principalmente na região da Avenida da Moda na época das chuvas!!!!</p> <p>Trata-se de uma questão de Saúde Pública o tema de Queimadas frequentes em nossa cidade!!!! Na época do Inverno, com a intensificação de Queimadas, é público e notório a superlotação de postos de saúde e plantões hospitalares com alta demanda de problemas respiratórios, principalmente entre crianças e idosos, que são quem mais sofre com a situação.....Minha sugestão seria criar uma lei obrigando os proprietários de terrenos a fazerem regularmente a limpeza de suas propriedades, sob pena de multa, ou ainda, quem não manter os terrenos limpos, a Prefeitura executa o serviço e acrescenta o valor no carnê do IPTU ou fica inscrito na Dívida Ativa do Município! Deveria-se ainda obrigar os proprietários de lotes a realizarem o calçamento da via e o muro pra evitar acúmulo de entulhos e lixo jogados por terceiros, sob pena de autuação semelhante a questão da limpeza dos lotes!!!(Deixando claro minha opinião que antes da multa, a pessoa receberia uma notificação com prazo)</p>
<p>Instituir uma legislação que obrigue as loteadoras a instalarem lixeiras para coleta seletiva em novos loteamentos da cidade.</p> <p>Implantar um programa de educação cidadã, com ênfase ao trato consciente do meio ambiente.</p>
<p>O Meio Ambiente Urbano está precisando de uma força muito grande e ser revisto em muitos pontos principalmente da educação da população dos gestores da administração e ser fortalecido a limpeza urbana, para que a cidade não fique sendo vista como uma cidade abandonada e sem ser cuidada pela administração, quem estuda está área citada fica sem emprego e sem retorno pelo que aprendeu e se esforçou nos seus estudos não tem uma praça na cidade que não tenha bancos quebrados tem uma até com pregos para pendurar sacos de resíduos e a periferia da cidade é ponto de descarte de entulho</p>
<p>Concessão de parques e áreas verdes da cidade para iniciativa privada com contrapartida de manutenção e melhoria da área em troca de uso comercial com quiosques ou cobrança de taxas de entrada. Alocação em mapa virtual de nascentes e áreas verdes da cidade, com visão 360 da região para divulgação e controle da própria população sobre a área. Replanejamento de toda a estrutura de água e esgoto da cidade, principalmente tubulações, para direcionamento às estações de tratamento.</p>
<p>Cestas de lixos nas praças do Rosário e Matriz</p>
<p>O Paulo Madsen citou sobre a importância das Barraginhas e das Represas Secas para a captação de água e controle de erosões, porém hoje em dia a Polícia Ambiental proíbe a execução dessas práticas pelos fazendeiros. Então a minha dúvida é: Quem seria responsável para fazer essas Barraginhas e Represas? Seria a Prefeitura?</p> <p>Quando ele falou sobre a importância de ter uma cidade que escoar bem a água pelas ruas me veio aqui um ponto que a Prefeitura já deveria ter feito para evitar as inundações na Av da Moda e na região do Polivalente que é limpar as árvores e lixos que ficam no Canal São Francisco ali abaixo do Polivalente.</p> <p>Sobre as propostas de parques e áreas verdes são sugestões muito interessantes. Mas já temos a área destinada para área verde e na maioria dos casos é pouco cuidada e aproveitada pela prefeitura que deveria sim, ceder o espaço para a área privada gerar renda (como citado sobre aluguel de bicicletas e outros projetos).</p>
<p>Plantio de árvores</p>

<p>Respeitar e conscientizar a população sobre a importância da conservação de nossos recursos naturais.</p> <p>Revitalizar o parque Municipal "Piantinos". Proibir e multar quem pratica queimadas (de forma efetiva). Melhorar a arborização urbana.</p>
<p>Plano de arborização urbana; Política Municipal de Meio Ambiente; estruturação de Corpo técnico na secretaria municipal de meio ambiente; Municipalização do licenciamento ambiental; Convênio com Polícia Militar do Meio ambiente; Regulamentação das áreas protegidas; Apoio financeiro e estrutural ao CODEMA.</p>
<p>Implantar coleta seletiva, acabar com lixão a céu aberto, conscientizar a população quanto ao correto descarte de lixo.</p>
<p>Ensinar o povo separar o lixo e não jogar na rua. Fazer campanhas educativas</p>
<p>Proteção contra incêndio. Maior rigidez nas fiscalizações e multas com aqueles que desmatam e queimam florestas e também terrenos na cidade.</p>
<p>Implantar e fomentar corredores ecológicos com a implantação de quintais agroflorestais com ênfase em garantir segurança alimentar mapeando os espaços potenciais para a implantação, com vistas em critérios sociais e ambientais.</p>
<p>Também seguindo pelos princípios da ODS, sugiro o Objetivo 12 (Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis) e o Objetivo 15 (Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade), mais claramente e em prática, podendo ser iniciados/executados pela implantação da coleta seletiva/reciclagem/logística reversa e no incentivo a arborização e preservação de áreas verdes do município.</p>
<p>1-Aplicar multas altas para proprietários de áreas que tenham queimadas, acúmulo de lixo, desmatamento irregular, etc.</p> <p>2. Dar suporte a polícia ambiental nas diversas situações que garantam a fiscalização ambiental</p>
<p>Priorizar e preservar todos os mananciais no espaço urbano;</p>

## Ordenamento Territorial e Meio ambiente

<p>Atualmente, um desenvolvimento e crescimento sustentável são, indiscutivelmente, uma das maiores preocupações e objetivos dos territórios periféricos. De facto, esta tipologia de crescimento já não é apenas um desejo, mas sim uma necessidade territorial, a fim de melhorar a qualidade de vida das populações e ainda para garantir um futuro às gerações vindouras.</p> <p>Tendo em consideração esta tipologia de crescimento, em regiões com bases socioeconómicas "reféns" do turismo, estudos que analisem os processos de ordenamento e planeamento territorial e a sua relação com esta atividade são fundamentais para o desenvolvimento territorial sustentável. Através de ferramentas e metodologias exploratórias, como disso são exemplo: o método de análise de caso de estudo, a análise de impacto territorial, ou os questionários de exploração das percepções públicas;</p> <p>A investigação permite verificar a relação entre as políticas de ordenamento territorial e seu impacto e crescimento insustentável da região.</p>
<p>Criação de indicador de terrenos vagos x construídos na área urbana para evitar crescimento horizontal exacerbado e aumentar a densidade demográfica nos bairros e centro. Investimento em abertura de vias tipo avenidas para melhoria do tráfego, buscando interconectar todas as avenidas da cidade para melhorar fluidez do trânsito. Determinação de via principal antes da criação do bairro, interligando com restante da cidade. Criação de mapa virtual com todos os indicadores, rua-a-rua da cidade, para verificação de capacidades e/ou de melhorias por área urbana. Aumento de rede de dados para zona rural para internet simples e internet 5G para tecnologia agropecuária.</p>
<p>Precisa atualizar o mais rápido possível.</p>
<p>Melhoria da Arborização Urbana.</p>
<p>Regulamentação das áreas protegidas; implantação de parques lineares nas APP's urbanas; fiscalização de ocupação irregular de APP's.</p>
<p>Estamos devendo. A cidade está um lixo só. Os bueiros entupidos, mato por toda parte. Terrenos de engorda sem passeios e muros...</p>
<p>Mapear e potencializar as áreas de preservação e territórios de sustentabilidade de povos e comunidades tradicionais.</p>
<p>Não permitir a ocupação de áreas de preservação ambiental, visto que afeta a qualidade de vida dos munícipes. Atualmente estão colocando fogo em áreas como o parque Emílio Piantino e próximo deste matando animais e plantas que se quer foram catalogados. E o impacto quanto a qualidade do ar e das futuras enchentes trazem fortes perdas ao município</p>
<p>Na parte de ORDENAMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE Passos já demonstra alguns sinais de estar sofrendo das mazelas do crescimento urbano não planejado, a exemplo, podemos mencionar o caso do desabamento das casas no bairro Jd. Aclimação, ocorrido em fevereiro deste ano. As residências em questão, localizadas no entorno do Córrego Aclimação, desabaram após um período intenso de chuvas, que acabou por assorear o fundo do vale, e levar parte do terreno onde as residências se encontravam. (ORDENAMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE) O aumento do volume das águas pluviais que desaguam no Córrego Aclimação provavelmente se deve ao aumento da impermeabilização dos solos no entorno da bacia, causada pela aprovação de novos parcelamentos na região e também da falta de manutenção e/ou melhoria da rede de drenagem urbana existente. Esta situação, para a qual não existe uma solução rápida ou simplificada, pode ainda se agravar até que os Parques lineares possam realmente ser construídos, pois, apesar de previstos desde a LC023, são propostas onerosas e de grande complexidade, talvez ainda fora da realidade orçamentária atual do município. Na rua Ametista, e em outras regiões em vulnerabilidade ambiental do município, seria importante que o texto do Novo Plano Diretor previsse a desapropriação com indenização justa às famílias residentes, o que seria uma alternativa mais viável e possível do que a construção de vários parques lineares pelo município.</p>



## Macro Zoneamento

<p>O Macrozoneamento de Passos MG deverá:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Estabelecer centralidades em rede;</li> <li>Orientar a expansão urbana da ocupação;</li> <li>Intensificar o uso das áreas urbanizadas e ociosas;</li> <li>Melhorar a distribuição das atividades no território, reduzindo deslocamentos</li> <li>Garantir o abastecimento de água em toda a cidade para as gerações futuras</li> <li>Promover corredores ecológicos, manter a biodiversidade e preservar os mananciais, implantar uma gestão dos resíduos na cidade.</li> <li>Garantir um marco legal construído coletivamente.</li> </ul>
<p>Divisão em sistema de 'sub-prefeituras', onde em cada macrozona da cidade haveria todos os serviços, infraestrutura, emprego e renda, evitando deslocamento grande dos habitantes diariamente e fomentando o desenvolvimento dos bairros.</p>
<p>Precisa atualizar o mais rápido possível.</p>
<p>Incluir como área de urbana ou de extensão urbana o Local denominado Porto Velho e Porto do Glória</p>
<p>Descentralizar comércios e oferta de bens e serviços.</p>
<p>Estamos pedindo que nós incluisse na lei Reurbly somos uma comunidade de rancheiros na região das três ilhas já fizemos um trabalho de topografia e um cd com filmagem área, existe muitos moradores e pescadores profissionais estamos prontos para buscar parceria e orientação pois somos conscientes que temos que conviver com a natureza cuidar do meio ambiente e proteger as matas contra queimadas por favor estou pronto para qualquer contato. Pois aqui tem em média 150 ranchos.</p>
<p>Somos da associação das 3ilhas e gostaríamos que nos incluíssemos na lei Reurbly, somos em torno de 145 ranchos na região das três ilhas fizemos um trabalho de topografia e também uma filmagem aérea do local temos boas intenções e força de vontade de reflorestar que pode ser vista pela filmagem que fizemos, com esse reflorestamento tentaremos combater as queimadas que prejudicial à natureza queremos o bem pro meio ambiente. Temos moradores e pescadores morando no local, com o transporte escolar, coleta de lixos.</p> <p>Nos da associação só queremos o bem pra natureza e pro meio ambiente, nos de a chance mostrarmos muito obrigado.</p>
<p>Estamos pedindo que nos inclua na lei Reurbly, pois já temos uma associação, estamos dispostos a nos organizar para que com a orientação de vcs poderemos cuidar melhor de nossa mata evitando queimada e desmatamento. Somos uma comunidade de aproximadamente 150 rancheiros na região das 3 ilhas já com topografia e Cd de filmagem da área. Estamos buscando parceiro para que possa nos orientar pois sabemos que temos que conviver e cuidar da natureza pois é ela que nos dá o sustento, tendo em vista que a nossa comunidade é feita pela sua maioria de pescadores profissionais. Certo de sua compreensão e de seu olhar atencioso pra com nossa comunidade fico aguardando contato para qualquer esclarecimento. Atenciosamente.</p>
<p>Sendo autorizado a localidade conhecido como porto velho, a fazer parte dos bairros de passos, lá já existe aproximadamente 200 imóveis construídos a beira rio, e poderão ser utilizados como casas de veraneio, poderá fomentar a pesca artesanal, profissional, passeios náuticos, alimentação típica da região</p>
<p>Sendo anexado a localidade do Porto Velho aos bairros de passos, lá poderá ser utilizado para eventos regionais, festas juninas, shows .rurais além de divulgar com o turismo a cultura de nossa cidade</p>

<p>Sendo a localidade conhecida como porto velho anexada ao novo plano diretor, os ranchos lá existentes passaram a pagar impostos (IPTU), sendo somente naquela localidade quase 200 imóveis, além que vai gerar outros imposto e empregos, além de melhorar a pesca e agricultura naquela localidade</p>
<p>A localidade conhecida como Porto Velho já possui um sistema de câmeras guaritas que auxiliam na segurança dos imóveis que lá existem</p>
<p>Incluir como área urbana ou de extensão urbana o local denominado Porto Velho e Porto do Glória.</p>
<p>Inclusão Porto Velho como bairro de Passos</p>
<p>Bairro Rural</p>
<p>Criação do Bairro Rural no Porto Velho</p>
<p>Transformar o Porto Velho em bairro rural</p>
<p>Sugiro transformar a região do Porto Velho em zona urbana.</p>
<p>Ao ser anexado a localidade do. Porto Velho como bairro de Passos, será muito útil para a divulgação de esportes aquáticos, pesca, recreação a beira rio, passeios de barcos, caminhadas rurais, passeios de bicicletas, trilhas de. Motocicletas</p>
<p>São mais de 200 imóveis existentes na localidade do porto velho, que não possuem escrituras, e se o local for anexado aos bairros de passos, poderá ser expedida escrituras e assim legalizar a situação, inclusive para IPTU</p>
<p>Vários projetos de urbanização foram realizados, visando, que se for aprovado que a localidade dos ranchos.do porto velho pertença aos bairros de passos, serão efetivados, dentre deles a recuperação da lagoa lá existente</p>
<p>Regularização da Área do Porto Velho como Bairro Rural e implantação de Saneamento Básico, visando um ambiente de lazer e preservação ambiental.</p>
<p>Em nossa área (Porto Velho) temos condições de receber tanto veículos motorizados de grande porte (maquinários, caminhões, veículos médios, veículos leves, motocicletas, bicicletas e para o futuro uma pista de terra para caminhadas respirando o ar puro.</p>

## Zoneamento Urbano

Passos MG deve ver o tamanho dos lotes e das edificações. Através disso, supõe-se que o resultado final alcançado através das ações individuais esteja de acordo com os objetivos do município, que incluem proporcionalidade entre a ocupação e a infraestrutura, a necessidade de proteção de áreas frágeis o interesse cultural e a harmonia do ponto de vista volumétrico.

Transformar o local conhecido como .Porto Velho em bairro de Passos Anexar a localidade porto velho aos bairros rurais de passo

Transformar o Porto Velho em bairro

O processo de construção de um Plano Diretor é essencialmente colaborativo. Sem o envolvimento efetivo de cada um de nós, ele acaba se tornando um instrumento ineficaz, que não produzirá os resultados que prometeu; como tem sido por anos a fio. Entretanto, o espírito deve ser sempre construtivo, com visão comunitária e de futuro, buscando agregar contribuições que aumentem o seu potencial transformador. Um Plano Diretor tem o condão de mudar os destinos de um município, olhando para o futuro e estabelecendo objetivos de alto nível, que perpassarão várias administrações, coordenando um movimento de avanço, de exploração de novos potenciais, redirecionando progressivamente o desenvolvimento urbano, econômico e social rumo a um novo cenário. Um bom Plano Diretor precisa nos fazer enxergar o futuro, estruturando os passos para a incorporação progressiva e gradual de novos pensamentos, novos conceitos, novas formas de solução dos problemas. Deve nos apresentar objetivos mais ousados e que levarão a mudanças efetivas nos destinos da Cidade, incorporando os avanços disponíveis em todas as áreas do conhecimento, com o objetivo de melhorar a cidade e a vida dos seus habitantes. Respeitosamente e sem questionar os méritos técnicos da elaboração do Plano, conduzido por uma equipe competente da respeitável Fundação João Pinheiro, depois de ler o conjunto das proposições disponibilizadas para discussão em consulta pública, sinto que estamos perdendo uma grande oportunidade de avanços. Embora a palavra “inovação” apareça aqui e acolá nos textos e justificativas disponibilizados – “É até inovador...”, afirmam em certo momento - o espírito inovador não se manifestou verdadeiramente na proposta. E é este o momento propício para rever isso e agregar ao Plano a ousadia que nos conduzirá ao futuro. A meu ver, a proposta colocada para discussão assemelha-se mais a um Plano de Governo, reunindo diretrizes que vão nortear as ações de um mandato da Administração Municipal; timidamente, apenas demonstra como pretende responder aos problemas imediatos e que afligem os munícipes neste momento. Com a limitação de campo de visão característica dos Planos de Governo, em praticamente todos os tópicos tratados, o espírito das propostas é reativo, e não proativo; sua visão de futuro limita-se a propor soluções e melhores condições para os problemas identificados no presente. É assim quando identifica as atividades econômicas preponderantes atualmente e centra nelas todas as ações para o futuro, focadas em apenas melhorar as condições sob as quais os setores trabalham hoje. É assim quando insiste em soluções tradicionais de condução para a drenagem urbana, com barragens, canais apenas maquiados de qualidade urbana, quando poderia se aprofundar em soluções mais atuais incorporando elementos de urbanização de baixo impacto como padrão obrigatório para novos loteamentos. Precisamos de mais ousadia, de enxergar mais longe; precisamos nos questionar se planejar o futuro é apenas fazer melhor o que fazemos agora, mais do mesmo. O mundo que vem por aí é muito dinâmico e repleto de novas possibilidades e oportunidades para as quais precisamos nos preparar agora. Por exemplo, Saúde e Educação, dois de nossos pilares mais consistentes não podem ser tratados apenas como um aspecto funcional em Serviços. Tem que ser vistos a partir do seu potencial de transformar a natureza de nossa vocação econômica, trazendo a inovação e a tecnologia para o nosso cotidiano. Temos uma Universidade Estadual, duas faculdades de Medicina, um Instituto Tecnológico Federal, uma Santa Casa que foi reconhecida como o 12º Melhor Hospital do país; são instituições que precisam ser considerados como motores para nos conduzir para um

futuro mais ligado à tecnologia, à pesquisa, à criatividade, à inovação. Neste aspecto, a consolidação do conceito da cidade como Área de Inovação, a partir do Plano Diretor parece ser um imperativo para assegurar que estejamos efetivamente nos preparando para o futuro. Um texto que não trate mais profundamente de 5G, cidade inteligente e conectada, startups, inovação, criatividade, bem-estar urbano, infraestrutura urbana sustentável, urbanização de baixo impacto bioinfiltração, biorretenção, caminhabilidade, recuperação do ciclo hidrológico natural, novas formas de moradia, teletrabalho e economia circular estará ultrapassado mesmo antes de ser aprovado; o que dizer em 5 ou 10 anos à frente... Lembrando o visionário Buckminster Fuller, genial inventor, designer, arquiteto e escritor do século XX: "Você nunca muda as coisas combatendo a realidade existente. Para mudar algo, construa um modelo novo que torne o modelo existente obsoleto."

Não podemos perder mais esta oportunidade de dar os tão decantados e quase nunca executados "passos de gigante" que marcam nosso Hino a Passos. E só conseguiremos isso com ousadia e inovação.

Area residencial não poderá ser misto , área residencial sempre residencial

Vistoria se o tipo de zoneamento da via está sendo cumprido. Vistoria se o tamanho da construção está de acordo com as leis municipais. Criação de mapa virtual com as determinações do tipo de zona e de densidade permitidas em cada via urbana.

Inclusão de novas ruas e avenidas como corredor comercial: av. Joaquim Lopes, av. dos Expedicionários, rua São Paulo, av. das nações, av. dos Industriais, rua Izaura Esper Kallas, av. da Penha, rua Canjeranus, rua João Pimenta, av. Chafariz (casarão) av. Jose Caetano de Andrade, av. sabiá, rua Antônio Adão da Silva, rua Barão de Passos, av. JK. todos os loteamentos novos com avenidas sendo transformadas em corredor comercial e os futuros automaticamente.

Precisa atualizar o mais rápido possível.

Definição de atividades passíveis na zona de expansão urbana quando em áreas ainda rural.

Criar corredores que possam interligar o acesso aos serviços públicos, bancários comércio em geral.

Em empreendimentos de acesso restrito e condomínios fechados poderia se permitir a implantação de lotes de 200 a 250m<sup>2</sup> unifamiliar, para atender uma gama maior de pessoas de menor renda. Uma vez que loteamentos desta modalidade já são implantados com a sua densidade populacional e infraestrutura definida, sem a possibilidade de uma expansão descontrolada.

Somos da região das três ilhas, e pedimos que vocês olhem por nós aqui temos o transporte escolar, temas colete de lixo, cuidamos dos nosso meio ambiente que temos aqui nossa reserva, mina de água, o rio e seus mananciais, pedimos que nossa região das três ilhas se torne um bairro ou distrito de Passos.

A Via Sul Engenharia está tramitando processo de aprovação de cond. Residencial Multifamiliar com T+3 ou T+4 pavimentos em dois terrenos, cujas localizações estão previstas no novo plano diretor com zoneamento urbano na ZEU (Zona de Expansão Urbana). Como os índices urbanísticos e usos permitidos são semelhantes ao da ZMI (Zona Mista), solicitamos que estes terrenos sejam classificados no novo plano diretor como ZMI.

Terreno matrícula nº 84.215 localizado entre o Jd. Polivalente e Pq. Estação, com frente para a R Goiás, com divisa do lado direito para quem olha da Rua Goiás para o terreno com o córrego São Francisco e ao lado esquerdo com a R Dr. Sepúlveda.

Terreno matrícula nº81.421 localizado no Jd. Colégio de Passos, com frente para a Av. São Domingos e fundos para a Rua do Quilombo, na quadra compreendida entre a R Candeias e R do Quilombo.

Permitir construção de prédios de até 20 andares na região central.

Gostaria de saber, uma vez que os chacreamentos passaram para a área de expansão urbana, as regras da Lei existente no município sobre chacreamento continuam vigorando, lembrando que com o crescimento futuro da cidade esses chacreamentos esses municípios passaram a fazer parte do perímetro urbano. Sendo assim, quando isso acontecer as regras que devem ser seguidas são as que constam na lei de chacreamento que tem as normas específicas para chacreamento. Mesmo porque, deve constar na lei do plano diretor, que todas as mudanças de infraestrutura e as demais deverão ser de responsabilidade dos proprietários, pois é isso que consta na lei de chacreamentos uma vez que esses chacreamentos foram registrados como condomínio fechado. A área acima da captação do ribeirão bocaina está inserida na área de expansão urbana, gostaria de saber se foi observado no plano de saneamento básico onde foi mencionado que a parte acima da captação não deveria entrar como área de expansão urbana. E também se essas áreas estiverem na expansão urbana, município deverá regulamentar regras para serem seguidas para implantação de qualquer empreendimento. A zona de diversificação econômica o município deverá regulamentar as normas as normas destinadas as atividade. Pois o município possui a Lei que regulamenta por exemplo, o bairro serra das brisas que esta denominado no plano diretor como zona de diversificação econômica, e nesta Lei consta que o município deveria regulamentar essas atividades. E na lei nova diz que o empreendedor deverá apresentar o EIV e assim o município vai considerar a análise só do EIV, sem fazer nenhuma regulamentação no tocante a regulamentação de atividades e padrões urbanísticos etc

## Mobilidade Urbana

<p>Passos MG já está na hora de ver uma mobilidade urbana mais sustentável e com qualidade de locomoção principalmente arrumando varias ruas que anda com os bloquetes soltos e totalmente desniveladas e cheias de buracos deveria por ciclovia em avenidas da cidade tirar lixeiras das calçadas pondo PEV'S ( Ponto de Entrega Voluntária) em vários pontos da cidade para tirar descarte de resíduos das calçadas e ainda ter passeios menos desnivelados e com menos mato e menos buracos para a locomoção de cadeirantes e pessoas de idades.</p>
<p>Estudo para revisão total do sistema de transporte público por ônibus, com reordenação das rotas de acordo com densidade populacional e classe social. Revisão de mão dupla ou de estacionamento em ambos os lados de vias urbanas de acordo com largura da via, metro a metro. Estudo deanel viário com maior velocidade permitida. Estudo de abertura de ciclofaixas interligadas, com permissão para patinetes e outros modelos de mobilidade urbana. Permissão via lei municipal de aplicativos e outros itens de mobilidade urbana.</p>
<p>Delimitação de horários de veículos de grande porte na circulação em vias centrais da cidade. Fazer circular em mão dupla a rua João Teixeira mendes como também a rua da praia, nesta, com quebra-molas colocando estacionamento em apenas um dos lados visando melhorar o comércio na região.</p>
<p>Criação de um novo acesso a rodovia MG-050, pela avenida principal do bairro Mirante do Vale</p>
<p>Criar um App ou site que possamos acompanhar quais linhas passam onde e para onde vão e quais pontos e horários passam.</p>
<p>Ciclovias interligadas; avenidas interligadas; planejamento do anel viário.</p>
<p>Melhorar bastante as condições das vias e sinalização.</p>
<p>Criar e fomentar ciclovias interligando o acesso aos bens de consumo e serviços.</p>
<p>Ruas e avenidas não devem ser interrompidas como por exemplo a rua sete de Setembro que é interrompida no educandário. Não permitir redução da largura de ruas como por exemplo o que foi feito na praça do rosário para construção de um ponto de ônibus.</p>
<p>Atender os estudantes da UEMG em situação de vulnerabilidade, ofertando transporte gratuito; Organizar o transporte coletivo para atender a todos os estudantes da UEMG e IFSUL</p>
<p>A LC023 prevê também um plano de mobilidade urbana que se sobreponha às necessidades de transporte individuais, mas na prática isto não ocorre, pois mesmo em diretrizes da própria legislação obrigam que seja previsto vagas residenciais em todas as residências uni e pluri familiares, independente do zoneamento ou do tipo da população que irá habitar estas residências. Também é exigido pela SOHSU previsão de vagas específicas em todos os pontos comerciais, também independente do zoneamento, e independentemente da quantidade de outras vagas que o mesmo imóvel já possua. Este tipo de incoerência textual descredibiliza de desinstrumenta as próprias secretarias para executar os maiores objetivos do Plano Diretor. Além do aumento desnecessário da área construída e impermeabilização do solo.</p>

## Habitação

<p>Várias casas e terrenos na cidade estão abandonadas casas viram ponto de moradias de mendigos e terrenos viram ponto de queimadas e descarte de resíduos, entulhos e moveis e eletrodomésticos quebrados precisa de uma fiscalização maior para se ter ordem com moradias desabitadas e terrenos vazios porque os moradores não cuidam deles e eles viram ponto de desordem municipal.</p>
<p>Todas as moradias (ranchos) estão em conformidades com a lei ambiental federal, estadual e municipal.</p>
<p>Restituição de ocupações em áreas de risco ou áreas públicas para os devidos donos ou para a população em geral, com deslocamento dos moradores para sistema de COHAB. Revisão individual dos proprietários das COHABs em vista que muitos revenderam suas habitações ganhas e continuam em áreas de vulnerabilidade. Alocação em outras áreas da cidade das futuras COHABs.</p>
<p>Sem resposta</p>
<p>Infraestrutura em todos os bairros. Mais casas populares, mas de tamanho maior, pois as pessoas mais vulneráveis também costumam ser as mais numerosas. Atentar para isto.</p>
<p>Mapear e criar programas de moradia para população de baixa renda inclusive em situação de rua</p>
<p>Estamos pedindo que nos incluisse na lei Reurb que, somos uma comunidade de mais de 150 rancheiros localizados na região três ilhas, em Passos-MG , fizemos já trabalhos de topografia e filmagem de toda área, existem muitos moradores e pescadores na região, estamos prontos para buscarmos parcerias e melhoramentos quanto no meio ambiente e na natureza ,protegendo e cuidando toda extensão.</p>
<p>Adensamento da ZEIS no perímetro urbano de Passos, dessa forma tende a evitar a segregação onde maior parte da zona se consiste instalada e evidencia ausência de serviços prestados. Quanto ao adensamento em novos loteamentos, não prejudicaria os habitantes da ZEIS pela desvalorização de seus imóveis.</p>
<p>1. Permitir loteamento somente após um estudo por uma comissão técnica, visto que uma urbanização desregrada traz problemas de enchentes, endividamento do município, degradação do solo etc.</p>
<p>Priorizar moradia para pessoas em situação de rua; Mulheres chefes de família;</p>
<p>Em relação à HABITAÇÃO, os dados da SOHSU do município de Passos apontavam, em sua última atualização em 2017, um cadastro de 1.206 famílias no Plantão Social do CadÚnico para obtenção de moradias, e um déficit habitacional de 3.003 UH, que fora fornecido pelo MCid de acordo com os dados do censo do IBGE de 2010. Desde o ano de 2009, data de lançamento do PMCMV, foram contratadas em Passos, 6.143 UH pelo programa, sendo, destas, 1113 na Faixa 1, 110 na Faixa 1.5, 4.676 na Faixa 2, e 244 na Faixa 3. Entretanto, de acordo com o dado do Ministério das Cidades o déficit habitacional era de 2761 unidades na Faixa 1, 175 unidades na Faixa 1,5 e de apenas 64 e 3 unidades na Faixa 2 e Faixa 3 respectivamente. (HABITAÇÃO)Isto geralmente significa que o fluxo da habitação não se comporta de forma à suprir o déficit, e sim em atender os interesses de mercado, já que nas faixas 1 e 1,5 - a maior demanda por habitação – não foi completamente atendida, e enquanto isso nas faixas superiores foram produzidas mais habitações do que seria necessário. Assim sendo, é essencial que a nova legislação do Plano Diretor regulamente o direcionamento de verbas arrecadadas especificamente para estas demandas, que não serão atendidas somente com iniciativas esporádicas e o curso comumente tomado pelo mercado da habitação. Existe na cidade também uma demanda significativa por habitação vinda da quantidade de população em situação de rua, e um auxílio um tanto quanto insuficiente dos albergues e aluguel social. (HABITAÇÃO) Muito importante também seria direcionar no texto da lei as diretrizes/caminhos jurídicos para que haja a real possibilidade de desapropriação de imóveis passíveis de se enquadrarem na questão do IPTU progressivo, para que estes possam vir a ser utilizados também para suprir a demanda por habitação</p>

e equipamento urbano. A questão do IPTU progressivo é uma abordagem muitíssimo importante que a FJP retoma, mas que não ocorre realmente no município, e nem mesmo a verba que deveria ser direcionada da outorga onerosa chega até seus devidos fins.



## Gestão

<p>Trata-se de uma questão de Saúde Pública o tema de Queimadas frequentes em nossa cidade!!!! Na época do Inverno ,com a intensificação de Queimadas, é público e notório a superlotação de postos de saúde e plantões hospitalares com alta demanda de problemas respiratórios, principalmente entre crianças e idosos, que são quem mais sofre com a situação.....Minha sugestão seria criar uma lei obrigando os proprietários de terrenos a fazerem regularmente a limpeza de suas propriedades, sob pena de multa, ou ainda, quem não manter os terrenos limpos, a Prefeitura executa o serviço e acrescenta o valor no carnê do IPTU ou fica inscrito na Dívida Ativa do Município! Deveria-se ainda obrigar os proprietários de lotes a realizarem o calçamento da via e o muro pra evitar acúmulo de entulhos e lixo jogados por terceiros, sob pena de autuação semelhante a questão da limpeza dos lotes!!!(Deixando claro minha opinião que antes da multa, a pessoa receberia uma notificação com prazo)</p>
<p>Implantar uma efetiva gestão de pessoas, motivando o uso da competência, habilidades e atitude dos servidores públicos municipais. Essa ação gera valor as pessoas, tanto cidadãos, quanto os próprios servidores.</p>
<p>Uma Gestão de qualidade tem que estar atualizada com leis novas que trazem qualidade social, ambiental e econômica para um município sabendo buscar os seus direitos federais e estaduais.</p>
<p>Será criado separadamente um PDTIC (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação)? Pois acredito ser extremamente importante que esse plano seja criado, separadamente ou como parte deste que está em andamento. O assunto é muito relevante e importante e deveria ser separado em uma área específica (estou comentando no de Gestão, mas ele deveria ter um tópico exclusivo). Ou ser tratado em um PD distinto. Um exemplo simples é que temos a entrada da LGPD em vigor em pouco tempo e isso irá impactar profundamente o uso de informação por todos os órgãos da prefeitura e isso não está sendo discutido nesse PD. Dentre outros assuntos de grande importância ao município ligado à Tecnologia da Informação.</p>
<p>Desenvolver plano de ação, estilo ferramenta 5W2H, para organização, cobrança e cumprimento das ações do plano diretor da cidade a ser vistoriado pelo Conselho da Cidade. Criação de plataforma online para agregar demandas de todos os setores e ideias de melhorias. Fortificação dos grupos de bairros.</p> <p>Focar em diversificação econômica, com agroindústria, indústria médica e de saúde, entre outros. Buscar área alfandegária para importação e exportação diretamente na cidade. Buscar parceria para cursos técnicos para capacitação de mão-de-obra da cidade, junto à FIEMG, EMATER, entre outros. Retirar proposta de taxas de iluminação e de coleta de lixo e incluir imposto progressivo em terrenos em área urbana com mais de 10 anos de inauguração do bairro. Aprimorar software de impostos e encargos e notas fiscais da prefeitura. Aprimorar software para boletim médico e educacional por CPF na cidade para repasses de remédios, complementos alimentares, apostilas, livros e outros.</p>
<p>Mais atenção as partes carentes, com fiscalização.</p>
<p>Secretários municipais tem que ser técnicos e não apadrinhados.</p>
<p>Atentar para limpeza urbana, buracos nas ruas e principalmente as áreas de saúde e bem estar social.</p>
<p>Fomentar um gabinete participativo com agenda vinculada e escutas territoriais e temáticas.</p>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1.Criar uma incubadora de empresas</li> <li>2. Todas as empresas que contratarem um estagiário que tenham um abatimento no imposto</li> <li>3.Trazer um SENAI para auxiliar na profissionalização dos adolescentes</li> </ol>

Com relação ao grupo técnico de análise seria muito importante esclarecer de forma clara quais as funções do grupo técnico de análise. Quais as suas atribuições e competências, ou até mesmo, estabelecer se esse mesmo grupo técnico teria a competência de aprovar projetos que o mesmo analisa. Atualmente segundo legislação quem aprova projetos de parcelamento e de impactos é a secretaria de Obras, segundo a legislação o GTA só faz análise técnica e se o obras entender ao contrario ele pode ignorar as análises técnicas aprovar é claro assumindo todas as consequências. Precisa ficar claro para acabar com dúvidas da competência desse mesmo grupo. Sendo que na minha opinião a secretaria de planejamento que deveria fazer essas análises pois tudo relacionado a planejamento inclusive o plano diretor é sempre encaminhado para a secretaria de planejamento resolver.

- No portal também seriam mantidos dados atualizados sobre o déficit habitacional e crescimento da cidade, alimentados pela própria administração da cidade e colaboradores voluntários especializados, além da possibilidade de futura expansão para disponibilidade de informação em tempo real sobre o espaço urbano, com o uso da plataforma CIM ;
- No portal também seria disponibilizado conteúdo simplificado das leis urbanísticas do município, além de um canal de dúvidas e consultas simplificado, que diminuiria a demanda da SOHSU para questões corriqueiras;
- E por fim, mas não menos importante, o Portal contaria com uma plataforma de educação sobre as questões urbanas, com cursos voltados para os agentes do planejamento municipal (órgãos públicos), representantes dos direitos da população (ministério público), e para a própria sociedade civil.

## Instrumentos Urbanísticos

<p>Sugiro fomentar a criação de um Centro Comercial fixo no antigo Mercado Municipal de apoio ao turista e ao artesanato local, gerando renda para a cidade e gerando mais empregos, além de implantação de lixeiras metálicas chumbadas de esquina em esquina nas principais vias comerciais da cidade e região Central, para que tenhamos a cidade mais limpa e atrativa para o turista, além de educar a população ao descarte correto do lixo e evitar enchentes na cidade, principalmente na região da Avenida da Moda na época das chuvas!!!!</p>
<p>Acho que já citei este termo a cima é onde se deve fazer justo pelos impostos pagos e cobrar em multas pelos que fazem a prefeitura a gastar dinheiro público tendo que fazer a manutenção de áreas particulares</p>
<p>Mapeamento, por rua ou área urbana, da infraestrutura alocada, máximo permitido e porcentagem já utilizada (exemplo, há locais em que não há mais capacidade para expansão de densidade demográfica em vista da tubulação de esgoto não aguentar). Definição e cobrança da real utilização do terreno para os fins determinados, ou de habitação, ou comércio, ou indústria ou outros. Abertura de vias tipo avenidas, para melhoria de tráfego urbano, interligando todas as avenidas da cidade. Desenvolvimento de áreas verdes e espelhos d'água para melhorar microclima. Utilização de estrutura subterrânea para fiação de energia, internet e telefonia, principalmente na área central da cidade. Permissão de edifícios superiores ao determinado desde que refaçam a rede de água, esgoto e outros de infraestrutura para suportar a demanda do edifício.</p>
<p>Urbanização da área construída as margens do rio grande, (Porto do Glória, Areal, Porto Velho).</p>
<p>O que me deixa intrigado é o fato de nossas avenidas maiores não serem arborizadas como merecem. Jucka Stocler por exemplo, ou Av. Da moda é sol dos dois lados com palmeiras no Centro. Os canteiros centrais poderiam muito bem seguir o exemplo da Arlindo Figueiredo... e o uso excessivo de uma única espécie como tenho observado pode nos causar problemas futuros.</p>
<p>Montar equipe qualificada para fazer os estudos necessários.</p>
<p>Mapear e buscar parcerias público privadas para desenvolver programa de desenvolvimento e melhorias na mobilidade urbana.</p>
<p>Aplicação do instrumento urbanístico - IPTU PROGRESSIVO para imóveis não edificadas com mais de 5 anos de aquisição. Aplicado em imóveis à partir de 100m<sup>2</sup> localizados no perímetro urbano de Passos, considerando assim parte do combate a doenças e pragas peçonhentas, como dengue, escorpiões que afetam diretamente a vida dos moradores das periferias, além de manter o lote visivelmente limpo e mato aparado.</p> <p>Aplicação do EIA - ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL para empreendimentos de porte em qualquer região do município, visando não afetar o sistema hídrico a fauna e flora local.</p> <p>TDC - TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR: Aplicar o TDC em áreas urbanizadas conforme localizadas próximas aos patrimônios históricos de Passos, assim um empreendimento de determinada altura não ofuscaria o bem tombado ou prédio histórico local.</p>
<p>Em se tratando dos INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS e do espaço urbano de Passos, e como este modificou-se ao longo dos anos, percebe-se a princípio que a quantidade de parcelamentos veio aumentando paulatinamente, sobretudo, após o ano de 2009, que coincide com a data de promulgação do PMCMV, pois, como observado nos mapas do item anterior, em apenas três anos a quantidade de parcelamentos aprovados chega a dobrar. Em relação às características destes novos solos urbanos, percebe-se uma tendência à produção de parcelamentos com maior quantidade de lotes, e estes, com dimensões e área reduzidas, ou seja, a unidade de terra comercializada não raramente possui as medidas mínimas de testada exigidas pela legislação. (INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS) Desta maneira, inferimos que as características da expansão urbana de Passos contaram com algumas mudanças desde a data da publicação da LC023, tal como o aumento da oferta de lotes, e também no tempo e forma de comercialização destas novas parcelas de solo. Seria</p>

importante que a dinamização deste processo produtivo fosse considerada na formulação dos novos termos e artigos que vão compor o novo Plano Diretor da Cidade. (INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS) Outro tópico que emerge com grande importância é a forma como se dão os processos de aprovação destes parcelamentos e de regularização dos loteamentos clandestinos. A composição textual da lei não é capaz de garantir sozinha o controle sobre o espaço urbano se existirem entroncamentos no funcionamento dos processos administrativos, sobretudo devido à forma como se dão relações entre a administração e os outros interesses que atuam no solo urbano. As pressões exercidas pelos interessados no parcelamento do solo, e a falta de respaldo técnico – como estudos, dados e equipes de fiscalização – e também ferramentas para o setor público, enfraquece a alçada de análise e aprovação destes empreendimentos, deixando-as sujeitas aos interesses políticos e de mercado. (INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS) Alguns elementos da legislação atual estão insuficientes para garantir o acesso urbano e à terra para todas as parcelas da população, assim sendo, e de forma a diminuir a atratividade lucrativa dos grandes empreendimentos para as construtoras e incorporadoras, elencou-se algumas medidas que poderiam ser compreendidas no texto da lei para estes fins:

- Aos novos parcelamentos, será exigida uma porcentagem (em torno de 5%) dos lotes, que sejam de uso de habitações de interesse social, e que estes não possam ser vendidos ou objeto de repasse, apenas doação para moradia e uso residencial (uni ou multi familiar);  
(INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS)
- Antes da aprovação do Poder Público ser fornecida sobre novos parcelamentos do solo urbano, propõe-se que os projetos urbanísticos, tanto do loteamento em si, quanto dos complementares e de prolongamento do equipamento urbano, e ainda as planilhas orçamentárias (que já são exigências na nova lei de parcelamento do solo do município – LC057/2018) e de custo destas execuções sejam publicados em veículos de informação impressa e on-line, e ainda, sujeitos à consulta pública a respeito de sua viabilidade;
- Que a composição do GTA seja revisada e seu corpo técnico majorado, de forma que aumente a representatividade da sociedade civil, claro que resguardando aqui o fundamento tecnicista, e inclusive fomentando possibilidade de parceria com a UEMG, que é uma vinculação favorável já no texto anterior da LC 023, sobretudo preferencialmente pela possibilidade do parecer dos pesquisadores urbanistas;  
(INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS)
- Que os pareceres e propostas emitidos pelo GTA não fiquem sujeitos a decisões de outros personagens do poder executivo, já que em sua composição estes já se encontram representados, e sim que sua análise seja a última instância para a aprovação ou reprova dos novos parcelamentos.  
(INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS) A possibilidade também de criação de um Portal de Transparência Urbana, que similar às funções do Sistema de Informações previsto na LC023, e regulado pelo ConCid, tratar-se-ia de um canal de informações disponível para a população como forma de aprendizado e conscientização. Entretanto, esta proposta difere-se do Sistema de Informações em alguns pontos principais, que o transformariam em uma ferramenta realmente capaz de auxiliar na regulação do espaço urbano, a saber:
- Dentro do portal seria disponibilizado um canal de ouvidoria do espaço urbano, um espaço para denúncias em linha direta com o ministério público, de forma que as demandas chegassem de forma mais rápida, direta e segura;

#### 4.1.2 Apêndice 2 – Convite Webinar Propostas para o Plano Diretor de Passos

### Webinar **Propostas para o Plano Diretor de Passos**

Dias 15, 16 e 17 de setembro de 2020, às 19h

Inscrições até 13 de setembro: <https://is.gd/PlanoDiretorPassos>

\*O link da plataforma Zoom será disponibilizado aos inscritos por email

15/9	16/9	17/9
<p><b>Abertura</b> (Prefeitura de Passos e FJP)</p> <p><b>Apresentações:</b>  <b>Melo ambiente</b>                      (Paulo Mattoso)</p> <p><b>Fundamentos do plano diretor</b>                      (Denise Almeida)</p> <p><b>Ordenamento territorial e gestão do plano diretor</b>                      (Marie Isabel Marques e Denise Almeida)</p> <p>Perguntas Encerramento</p>	<p><b>Abertura</b> (Prefeitura de Passos e FJP)</p> <p><b>Apresentações:</b>  <b>Desenvolvimento econômico</b>                      (Dede Batista Rozendo e Eduarda Leite)</p> <p><b>Turismo</b>                      (Nelson Quadros)</p> <p><b>Cultura</b>                      (Marta Picópio e Maria do Carmo Gomes)</p> <p><b>Esporte e lazer</b>                      (Maria Isabel Marques)</p> <p>Perguntas Encerramento</p>	<p><b>Abertura</b> (Prefeitura de Passos e FJP)</p> <p><b>Apresentações:</b>  <b>Educação</b>                      (Juliana Riani)</p> <p><b>Saúde</b>                      (Danielle Pereira e Daniela Goes)</p> <p><b>Assistência</b>                      (Helena Soares)</p> <p><b>Segurança pública</b>                      (Amanda Mattar)</p> <p>Perguntas Encerramento</p>

#### 4.1.3 Apêndice 3 – Regulamento do Webinário

### **REGULAMENTO DO WEBINÁRIO | PROPOSTAS PARA O PLANO DIRETOR DE PASSOS |**

Considerando o Contrato nº 081/2018, firmado entre a Fundação João Pinheiro (FJP) e a Prefeitura Municipal, para elaboração da revisão do Plano Diretor do município de Passos/MG, fundamentada nos princípios estabelecidos pela Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), que, dentre outros pontos, estabelece a obrigatoriedade da participação da sociedade nesse processo e que, para isso, o contrato firmado previa a realização de eventos participativos para apresentação e discussão das propostas preliminares, como etapa para a sua finalização;

Considerando a ocorrência da pandemia de doença infecciosa viral respiratória causada pelo agente Coronavírus (COVID-19) e as medidas de enfrentamento e de prevenção estabelecidas pelo Governo do Estado no Decreto nº 47.886/2020, que obrigaram ao cancelamento desses eventos;

Considerando o Primeiro Aditivo ao mencionado contrato, que estabelece a realização de eventos virtuais, cujo formato seria definido em conjunto pela FJP e pela coordenação dos trabalhos na Prefeitura Municipal, garantindo a participação da população e atendendo dessa forma aos preceitos legais estabelecidos pela Lei 10.257/2001 (Estatuto da Cidade);

Considerando que ficou estabelecido que a FJP disponibilizasse para consulta pública sediada em seu site todo o material técnico produzido e as propostas preliminares, o que ocorreu entre os dias 15 de junho e 31 de julho do corrente ano, e que produzisse também as peças para a mobilização da população e a divulgação da consulta pública, estas sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal, para recebimento de contribuições da população sobre os temas tratados no Plano Diretor;

Considerando a necessidade do retorno à população sobre o conteúdo das contribuições e como as mesmas foram incorporadas ao Plano Diretor;

A FJP e a Prefeitura Municipal realizarão o Webinário | Propostas para o Plano Diretor de Passos | e, com o intuito de dar transparência e segurança jurídica ao processo, publica o presente regulamento, que disciplina as regras e procedimentos regentes do webinário, nos termos abaixo explicitados.

#### **1. Objetivo**

Apresentar os resultados da consulta pública em que foram disponibilizados os diagnósticos e as propostas preliminares para a revisão do Plano Diretor de Passos, com os ajustes feitos a partir das contribuições recebidas.

#### **2. Data, horário e local**

Data: 15, 16 e 17 de setembro de 2020

Horário: 19:00hs às 21:00hs.

Local: plataforma ZOOM disponibilizada pela FJP

### **3. Forma de participação**

O webinar é aberto a toda a população de Passos. As pessoas interessadas deverão se inscrever por meio de link a ser disponibilizado no site da FJP. A forma de participação será por meio de link disponibilizado para participantes inscritos.

As pessoas participantes terão sua identificação registrada e o webinar será gravado. As manifestações se darão via chat e as questões levantadas serão encaminhadas aos expositores, que as responderão dentro do período determinado. As câmeras e microfones do público serão mantidos fechados para garantir a qualidade da transmissão.

As manifestações que não versarem sobre matéria específica objeto deste webinar não serão consideradas e as manifestações político-partidárias estão vedadas.

### **4. Programação geral**

Abertura FJP e Prefeitura Municipal: 10 minutos

Apresentações das temáticas do dia: 15 minutos cada

Manifestações e perguntas do público via chat e respostas dos expositores: 40 minutos

Encerramento FJP e Prefeitura Municipal: 10 minutos.

### **5. Programação diária**

#### **1º dia: 15/09/2020**

Temáticas e responsáveis:

1. Meio ambiente – Paulo Madsen
2. Fundamentos do plano diretor – Denise Almada
3. Ordenamento territorial e gestão do plano diretor – Izabel Marques/Denise Almada

#### **2º dia: 16/09/2020**

Temáticas e responsáveis:

1. Desenvolvimento econômico – João Batista Rezende/Eduardo Leite
2. Turismo – Nelson Quadros
3. Cultura – Marta Procopio/Maria do Carmo Gomes
4. Esporte e lazer – Izabel Marques

#### **3º dia: 17/09/2020**

Temáticas e responsáveis:

1. Educação – Juliana Riani

2. Saúde – Danielle Pereira/Daniela Goes
3. Assistência – Helena Soares
4. Segurança pública – Amanda Mattar

#### **4. Disposições finais**

As manifestações do público e dos expositores ocorridas durante o webinar serão consideradas para o afinamento das propostas na revisão do Plano Diretor de Passos, assegurando transparência e a participação popular, na forma da lei e na condução do interesse público.